

# **Corredor Logística e Infraestrutura S.A. e Controladas**

Demonstrações Financeiras  
Individuais e Consolidadas  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2022 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
Corredor Logística e Infraestrutura S.A.

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Corredor Logística e Infraestrutura S.A. (“CLI” ou “Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Corredor Logística e Infraestrutura S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase

#### *Reapresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas*

Chamamos atenção à nota explicativa nº 2.4 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, que foram alteradas e estão sendo reapresentadas para inclusão de divulgações descritas na referida nota explicativa. Em 27 de abril de 2023 emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre as demonstrações da Companhia, que ora estão sendo reapresentadas. A nossa opinião não contém ressalva sobre esse assunto.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### *Aquisição da Elevações Portuárias S.A. (“EPSA”)*

#### Por que é um PAA

Conforme divulgado na nota explicativa nº 2.7, no mês de novembro de 2022, a controlada da Companhia, CLI Sul S.A., adquiriu 80% das ações da empresa Elevações Portuárias S.A. (“EPSA”), pelo montante de R\$1.524 milhões. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia efetuou alocação do montante pago de forma provisória, sendo que tal contabilização exigiu o uso de estimativas e julgamentos pela Administração com relação ao tratamento contábil, a determinação do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, as divulgações das informações relacionadas a essas transações, bem como a adequação das políticas contábeis relevantes da empresa adquirida. Conseqüentemente, consideramos a mensuração, contabilização e divulgação dos efeitos da referida aquisição como um principal assunto de auditoria.

#### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- i) Avaliação do desenho dos controles internos relevantes adotados pela Administração da Companhia para identificação dos ativos adquiridos e passivos assumidos e alocação do preço de compra e registro contábil da alocação do preço e divulgação.
- ii) Avaliação da integridade e exatidão dos modelos de cálculo preparados pela Administração da Companhia no processo de identificação e valorização de ativos e passivos.
- iii) Envolvimento de especialistas internos em técnicas de valorização na avaliação dos modelos desenvolvidos pela Companhia para determinar o valor do preço de compra.
- iv) Avaliação da adequação das divulgações relacionadas à aquisição, conforme divulgado na nota explicativa nº 2.7 às demonstrações financeiras.

Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio de nossos procedimentos anteriormente descritos, consideramos aceitáveis a mensuração, contabilização e divulgação dos efeitos da referida aquisição no contexto da auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

## Outros assuntos

### *Demonstrações do valor adicionado*

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (“DVA”) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e de suas controladas são apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e com os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia e de suas controladas são responsáveis por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

### **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo “International Accounting Standards Board (IASB)”, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e de suas controladas continuarem operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da Companhia e de suas controladas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria da Companhia e de suas controladas e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 18 de julho de 2023

*Deloitte Touche Tohmatsu*  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

  
Paulo de Tarso Pereira Jr.  
Contador  
CRC nº 1 SP 253932/O-4

**CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A E CONTROLADAS**

BALANÇOS PATRIMONIAIS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
(em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022			31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Ativo Circulante					Passivo Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	3	135.534	37.311	563.847	Fornecedores	13.1	4.547	842	24.533
Contas a receber	4	13.291	1.253	36.071	Empréstimos e financiamentos	17	-	44.091	-
Estoques	5	1.782	900	16.704	Debêntures	17	12.162	-	35.612
Tributos a recuperar	7	9.277	4.536	11.546	Obrigações trabalhistas	15	4.639	1.363	23.710
Partes relacionadas	6	1.266	-	12.723	Obrigações tributárias	15	1.076	790	50.659
Outros créditos		2.697	920	6.821	Passivo de arrendamento	14	11.275	26.494	27.463
Total do Ativo Circulante		<u>163.847</u>	<u>44.920</u>	<u>647.712</u>	Partes relacionadas	6	-	-	14.340
					Outras contas a pagar	13.2	11.299	11.260	48.947
					Total do Passivo Circulante		<u>44.998</u>	<u>84.840</u>	<u>225.264</u>
Ativo Não Circulante					PASSIVO NÃO CIRCULANTE				
Partes relacionadas	6	1.960	726	1.960	Empréstimos e financiamentos	17	-	545.141	-
Impostos diferidos	16	6.434	5.111	21.749	Debêntures	17	407.475	-	1.188.270
Aplicação financeira		-	-	-	Ações preferenciais resgatáveis	19	505.782	-	505.782
Ativo indenizatório	2.7	-	-	41.171	Passivo de arrendamento	14	78.163	55.326	166.397
Outros créditos		-	-	382	Partes relacionadas	6	-	-	123.693
Propriedades para investimentos	8	972	972	972	Provisão para riscos	18	-	-	44.665
Investimentos	9	815.472	14	62	Impostos diferidos	16	-	-	3.580
Imobilizado	11	1.535	1.207	65.162	Outras contas a pagar	13.2	13.826	21.590	13.826
Direito de uso	10	72.068	68.657	156.309	Total do Passivo Não Circulante		<u>1.005.246</u>	<u>622.057</u>	<u>2.046.213</u>
Intangível	12	710.367	750.331	2.406.135	Total do Passivo Circulante e Não Circulante		<u>1.050.244</u>	<u>706.897</u>	<u>2.271.477</u>
Total do Ativo Não Circulante		<u>1.608.808</u>	<u>827.018</u>	<u>2.693.902</u>	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20			
					Capital social		210.822	210.822	210.822
					Reservas de lucros		6.911	9.498	6.911
					Reservas de capital		473.031	(84.104)	473.031
					Prejuízo acumulado		(68.798)	(71.620)	(68.798)
					Ajuste acumulado de conversão		100.445	100.445	100.445
							<u>722.411</u>	<u>165.041</u>	<u>722.411</u>
					Participação de não Controladores		-	-	347.726
					Total do Patrimônio Líquido		722.411	165.041	1.070.137
TOTAL ATIVO		<u>1.772.655</u>	<u>871.938</u>	<u>3.341.614</u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>1.772.655</u>	<u>871.938</u>	<u>3.341.614</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
(em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Receita operacional líquida	23	177.687	124.994	264.687
Custo dos serviços prestados	24	(57.480)	(35.413)	(87.670)
<b>Lucro Bruto</b>		<b>120.207</b>	<b>89.581</b>	<b>177.017</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais:</b>				
Despesas gerais e administrativas	24	(60.497)	(49.366)	(72.622)
Resultado de equivalência patrimonial	9	15.409	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	25	829	(39.821)	11.466
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>75.948</b>	<b>394</b>	<b>115.861</b>
Receitas Financeiras	26	3.516	7.504	6.465
Despesas Financeiras	26	(85.625)	(44.805)	(101.315)
Variações cambiais, líquidas	26	10.930	(18.396)	11.964
Resultado financeiro líquido		(71.179)	(55.697)	(82.886)
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>4.769</b>	<b>(55.303)</b>	<b>32.975</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	16	(5.856)	(4.146)	(17.401)
Imposto de renda e contribuição social diferido	16	1.322	(1.694)	(6.576)
<b>Lucro / Prejuízo do exercício</b>		<b>235</b>	<b>(61.143)</b>	<b>8.998</b>
Atribuível a				
Acionistas da Companhia		235	(61.143)	235
Participação de não controladores		-	-	8.763
Prejuízo básico por ação (expresso em R\$ por ação)	21	0,0017	(0,5349)	
Prejuízo básico diluído por ação (expresso em R\$ por ação)	21	0,0016	(0,5349)	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
(em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
LUCROS / PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		235	(61.143)	8.998
LUCROS / PREJUÍZO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		<u>235</u>	<u>(61.143)</u>	<u>8.998</u>
ATRIBUÍVEL À				
Participação dos acionistas da controladora		235	(61.143)	235
Participação dos acionistas não controladores		-	-	8.763
Prejuízo básico por ação (expresso em R\$ por ação)	21	<u>0,0017</u>	<u>(0,5349)</u>	
Prejuízo básico diluído por ação (expresso em R\$ por ação)		0,0016	(0,5349)	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A.**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
(em milhares de reais)

	Atribuído à participação dos controladores										
	Capital social	Reservas de lucros			Total	Reserva de capital	Ajuste acumulado de conversão	Prejuízos acumulados	Total	Participação dos acionistas não controladores	Total
		Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de incentivos fiscais							
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	210.822	1.008	8.579	6.911	16.498	-	100.445	(10.477)	317.288	-	317.288
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(61.143)	(61.143)	-	(61.143)
Distribuição de dividendos de anos anteriores	-	-	(7.000)	-	(7.000)	-	-	-	(7.000)	-	(7.000)
Incorporação reversa	-	-	-	-	-	(84.104)	-	-	(84.104)	-	(84.104)
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	210.822	1.008	1.579	6.911	9.498	(84.104)	100.445	(71.620)	165.041	-	165.041
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	235	235	8.763	8.998
Participação de não-controladores na aquisição de controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	338.963	338.963
Proposta de absorção de prejuízos acumulados com reservas	-	(1.008)	(1.579)	-	(2.587)	-	-	2.587	-	-	-
Aumento de capital com constituição de reservas (nota 20)	-	-	-	-	-	556.378	-	-	556.378	-	556.378
Pagamento baseado em ações (nota 6)	-	-	-	-	-	757	-	-	757	-	757
Saldos em 31 de dezembro de 2022	210.822	-	-	6.911	6.911	473.031	100.445	(68.798)	722.411	347.726	1.070.137

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
(em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
Lucro / Prejuízo do exercício		235	(61.143)	8.998
<b>Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:</b>				
Depreciação e amortização	24	48.503	42.875	59.054
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos	16	4.534	5.840	23.977
Encargos financeiros reconhecidos no resultado, líquidos	26	58.974	52.702	77.018
Reconhecimento de compra vantajosa	2.7	-	-	(10.530)
Provisão para riscos	18	-	-	3.494
Resultado de equivalência patrimonial	9	(15.409)	-	-
Provisão para perdas de crédito esperadas	4	(948)	63	(948)
Outros		(1.368)	515	7.096
		94.521	40.852	168.159
<b>Redução/(aumento) em ativos</b>				
Contas a receber de clientes		(11.090)	1.698	(58.781)
Estoques		(882)	(79)	(1.310)
Impostos a recuperar		374	1.146	(1.484)
Partes relacionadas		(2.500)	2.416	(13.957)
Outros ativos circulantes e não circulantes		(1.777)	25.921	(1.278)
<b>Aumento/(redução) em passivos</b>				
Fornecedores		3.705	(1.439)	933
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais		3.562	(897)	(36.665)
Outros passivos circulantes e não circulantes		(7.725)	(44.906)	29.923
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>		78.188	24.712	85.540
Imposto de renda e contribuição social pagos		(9.456)	(3.828)	(10.756)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		68.732	20.884	74.784
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>				
Adições no ativo imobilizado e intangível	11 e 12	(3.137)	(628)	(5.451)
Valor pago em combinação de negócio, líquido de caixa adquirido	2.7	-	-	(1.161.431)
Aumento de capital em investidas	9	(800.049)	-	-
Aplicações financeiras		-	4.459	-
<b>Caixa líquido gerado / aplicado nas atividades de investimentos</b>		<b>(803.186)</b>	<b>3.831</b>	<b>(1.166.882)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>				
Empréstimos e financiamentos e debêntures - captados	17	410.381	46.963	1.197.746
Amortização de empréstimos - principal	17	(570.194)	(41.870)	(570.194)
Amortização de empréstimos - juros	17	(58.420)	(25.926)	(58.420)
Pagamento de principal de passivo de arrendamento	14	(914)	(2.213)	(1.158)
Juros pagos de passivo de arrendamento	14	(10.336)	(7.116)	(11.500)
Recebimento por emissão de ações preferenciais	19	505.782	-	505.782
Aumento de capital social	20	556.378	-	556.378
Dividendos pagos		-	(7.000)	-
<b>Caixa líquido gerado / aplicado nas atividades de financiamentos</b>		<b>832.677</b>	<b>(37.162)</b>	<b>1.618.634</b>
<b>Varição líquida em caixa e equivalente de caixa</b>		<b>98.223</b>	<b>(12.447)</b>	<b>526.536</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		37.311	49.745	37.311
Caixa e equivalentes advindo da incorporação		-	13	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		135.534	37.311	563.847
<b>Varição líquida em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>98.223</b>	<b>(12.447)</b>	<b>526.536</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021  
(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Receitas	<b>190.729</b>	<b>133.030</b>	<b>293.126</b>
Vendas de produtos e serviços	187.440	128.650	279.697
Outras receitas operacionais	2.341	4.380	12.481
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida de reversões	948	-	948
Insumos adquiridos de terceiros	<b>37.188</b>	<b>20.964</b>	<b>58.090</b>
Custos das mercadorias revendidas e das prestações de serviços	20.116	8.801	26.776
Materiais, energia, serviços de terceiros	17.072	12.163	31.314
Valor adicionado bruto	<b>153.541</b>	<b>112.066</b>	<b>235.036</b>
Depreciações e amortizações	47.894	42.875	59.576
Valor adicionado produzido pela Entidade	<b>105.647</b>	<b>69.191</b>	<b>175.460</b>
Valor adicionado recebido em transferência	<b>29.855</b>	<b>(33.558)</b>	<b>20.728</b>
Resultado de equivalência patrimonial	15.409	-	-
Receitas financeiras	14.446	7.504	20.728
Outros	-	(41.062)	-
Valor adicionado total a distribuir	<b>135.502</b>	<b>35.633</b>	<b>196.188</b>
Distribuição do valor adicionado	<b>135.502</b>	<b>35.633</b>	<b>196.188</b>
Pessoal	<b>17.778</b>	<b>11.650</b>	<b>24.242</b>
Remuneração direta	11.750	8.610	16.470
Benefícios	5.683	2.762	7.168
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	345	278	603
Impostos, taxas e contribuições	<b>20.186</b>	<b>16.151</b>	<b>47.057</b>
Federais	12.162	10.709	35.116
Estaduais	20	288	31
Municipais	8.004	5.154	11.909
Remuneração de capitais de terceiros	<b>97.303</b>	<b>68.975</b>	<b>115.892</b>
Despesas financeiras	84.460	62.469	102.169
Aluguéis	12.843	6.506	13.723
Remuneração de capitais próprios	<b>235</b>	<b>(61.143)</b>	<b>8.998</b>
Lucro / Prejuízo do exercício	235	(61.143)	235
Participação dos acionista não controladores	-	-	8.763

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **1 Informações da Companhia**

### **1.1 Contexto operacional**

A Corredor Logística e Infraestrutura S.A. (“Companhia” ou “CLI”) é uma sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo, SP, constituída em 21 de outubro de 2011.

A Companhia tem como objeto social e atividade preponderante, diretamente ou pela participação em outras Companhias, a exploração de serviços auxiliares aos transportes aquaviários; serviços auxiliares ao transporte rodoviário de cargas em geral; serviços auxiliares ao transporte de carga em geral (logística de transporte ou agente de transportadoras); agenciamento marítimo e operador portuário; serviços de depósito; logística de depósito; consultoria de transportes em geral; polo de transbordo rodoviário e ferroviário; armazenamento de cereais e correlatos e serviços correlatos.

#### **Concessão do Terminal de Grãos do Maranhão**

A Companhia possui 25% de participação do Consórcio Tegram-Itaqui (“Consórcio”), que tem sua sede localizada na Avenida dos Portugueses, 100, Área Comum - Terminal de Grãos do Maranhão, em São Luís, no Estado do Maranhão.

O Consórcio foi constituído em 4 de maio de 2012, tendo como objetivo executar todas as obras de construção das áreas comuns do Terminal de Grãos do Maranhão - TEGRAM, localizado no Porto de Itaqui, no Estado do Maranhão, objeto de arrendamento conforme Concorrência Pública nº 01/11 - EMAP. Uma vez construído, também tem como objetivo gerir, operar e prover a manutenção dessas áreas, conforme previsto em Edital de Licitação.

O Consórcio não possui e não deverá constituir personalidade jurídica distinta das consorciadas (detalhes adicionais na nota 2.3.b). O objeto do Consórcio será exercido durante o prazo de duração dos contratos de arrendamento dos lotes, que é de 25 anos, encerrando-se em 3 de maio de 2037, de acordo com o Edital de Licitação.

Encerrado o prazo do Consórcio, será de responsabilidade das consorciadas promover a liquidação de todas as obrigações e direitos decorrentes de suas atividades. Parte do Consórcio no Porto de Itaqui, no Maranhão, a CLI opera um dos maiores terminais de grãos do país, sendo o único operador independente sem nenhum vínculo com qualquer trading ou operador rodo ou ferroviário no Porto de Itaqui.

### **Concessão do terminal portuário Elevações Portuárias S.A (“EPSA”)**

A Companhia, através de sua controlada indireta EPSA (consulte detalhes adicionais na nota 1.2), detém a concessão de serviços de terminais portuários no Porto de Santos, cuja abrangência e término encerra-se em março de 2036. A EPSA é prestadora de serviços no setor de logística (armazenagem e elevação), principalmente destinados à exportação de commodities e oferece uma solução integrada de movimentação, armazenagem e embarque.

A EPSA está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas nos editais de privatização e nos contratos de concessão de terminais portuários. Na medida em que não há controle substantivo para quem deve ser prestado o serviço e não há controle substantivo de preço, a ICPC 01(R1) / IFRIC 12– Contratos de concessão não é aplicável à Companhia e, portanto, os ativos por ela adquiridos são tratados no âmbito do CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos e CPC 27 / IAS 16 – Ativo Imobilizado.

Os contratos de concessão são extintos por: término do prazo contratual; encampação; caducidade; rescisão; anulação e falência; ou extinção da concessionária. Na eventualidade de ocorrer extinção de alguma das concessões, os principais efeitos seriam os seguintes:

- Retornariam ao poder concedente (União) todos os direitos e privilégios transferidos, junto com os bens arrendados e aqueles resultantes de investimentos que forem declarados reversíveis pela União por serem necessários à continuidade da prestação do serviço concedido; e
- Os bens declarados reversíveis seriam indenizados pela União tendo como base o valor residual do custo, apurado pelos registros contábeis. Tal custo estaria sujeito a avaliações técnicas e financeiras por parte da União

## **1.2 Eventos Societários**

### **Incorporação da NOVA CLI**

Em 28 de Janeiro de 2021, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da CLI a incorporação da Nova CLI, controladora da CLI, com a transferência de todo seu patrimônio líquido para a CLI e a sua consequente extinção (“Incorporação”).

As administrações da CLI e da Nova CLI entendem que a Incorporação da Nova CLI pela CLI, com a consequente extinção da Nova CLI, justifica-se pois (i) a CLI e a Nova CLI integram o mesmo grupo econômico, sendo que os acionistas PE SOPP FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES II MULTIESTRATÉGIA e SOPP INFRA I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA (“Fundos”) detém direta e indiretamente a totalidade das ações de emissão de ambas as Companhias; e (ii) a Incorporação faz parte de um projeto de reestruturação societária do grupo econômico, visando uma maior lucratividade e eficiência operacional, administrativa e financeira, bem como uma diminuição de custos operacionais, através da redução do número de companhia existentes.

Como resultado da Incorporação, o patrimônio líquido da Nova CLI foi transferido para a CLI, que sucedeu a Nova CLI em todos os seus direitos e obrigações, a título universal e para todos os fins de direito, sem qualquer solução de continuidade.

Tal incorporação originou um efeito na rubrica Reserva de Capital dentro do Patrimônio Líquido da empresa CLI de R\$ 84.104.

### **Reestruturação societária**

Em novembro de 2022, a CLI realizou uma reestruturação societária (maiores detalhes vide nota explicativa 17.1), alterando a participação de seus controladores da seguinte forma:

- Os fundos de investimento PE SOPP Fundo de Investimentos em Participações II Multiestratégia no Exterior e SOPP INFRA I Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia passaram a deter 50% das ações da CLI;
- O novo acionista, Fundo de Investimento Brasil Terminais Logísticos Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia, passou a deter 50% das ações da CLI.

### **CLI SUL S.A (“CLI Sul”) e Aquisição da EPSA**

Durante o exercício de 2021 a CLI Sul era uma empresa dormente que não era controlada pela Companhia. No exercício de 2022 foi adquirida pela Companhia por montante irrelevante para viabilizar a aquisição da EPSA, de acordo com a estratégia de negócios da Companhia.

Em 15 de julho de 2022, a Companhia, através de sua controlada CLI SUL, celebrou contrato de compra e venda de ações, prevendo a compra de 80% da participação acionária na empresa EPSA, entidade anteriormente controlada pela Rumo S.A., que operava e controlava os terminais T16 e T19 no Porto de Santos. Em novembro de 2022 foi concluída a operação e a partir dessa data o controle acionário passou a ser detido, indiretamente, pela CLI. A EPSA é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Avenida Guilherme Weinschenck, 886 na cidade de Santos, Estado de São Paulo.

### **1.3 Outros Assuntos**

#### **Conflito entre Rússia e Ucrânia**

A invasão da Ucrânia pelas forças russas em 24 de fevereiro de 2022 constitui um evento de longo alcance na economia global e, portanto, nos relatórios financeiros das companhias em geral.

Os impactos foram sentidos imediatamente nos mercados de commodities e financeiros ao longo desse período, desde o início da guerra. Algumas sanções foram impostas contra a Rússia por países que não concordam com os termos relatados para tal invasão. As consequências para a Rússia e os demais países são imediatamente aparentes, mas a longo prazo haverá também consequências significativas para a economia global. Atualmente, não é possível estimar a duração da crise geopolítica, que também pode ser intensificada por ações da Rússia e outros países.

Os riscos desses eventos são significativos nas cadeias de abastecimento (especialmente no que diz respeito à demanda de energia), nos mercados de venda, no fornecimento de crédito pelos bancos, na gestão de cyber-ataques, entre outros exemplos. Tais riscos afetam direta ou indiretamente a economia global (investimentos, câmbio, inflação, petróleo, comércio internacional, etc.), sujeita a impactos financeiros, caso as partes envolvidas não cheguem a um acordo.

Impactos na elaboração das demonstrações financeiras

As operações da Companhia não sofreram grandes impactos em razão do conflito entre Rússia e Ucrânia no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. A Companhia monitora diariamente possíveis impactos que podem ter efeito direto nas operações.

Os principais itens monitorados pela Companhia são:

- Fertilizantes: Rússia e Bielorrússia respondem por 30,5% das exportações de fertilizantes potássicos e o Brasil é o maior importador mundial não apenas do total de fertilizantes como de cada um deles (nitrogenados, fosfatados e potássicos). Portanto, o Brasil pode enfrentar dificuldades para substituir a oferta daqueles dois países por outros fornecedores, dado o seu peso na balança comercial entre os países.
- Commodities: No ano de 2022 percebeu-se um acirramento da inflação no Brasil e no mundo, após deflagrada a guerra entre Rússia e Ucrânia, que elevou os preços de diversas commodities, incluindo o milho e o trigo. A Companhia monitora efeitos relacionados ao potencial de exportação brasileiro e as condições que podem subsidiar o aumento das exportações, o que pode beneficiar as operações da Companhia e suas controladas. A guerra também contribuiu para um aumento da volatilidade nos mercados de câmbio, preços de energia, e outros custos de insumos. Até o momento, não se apontou impactos negativos nas demonstrações financeiras da Companhia e suas subsidiárias. A Administração continuará monitorando os fatos sobre o conflito, com vistas à potenciais impactos nos negócios e, conseqüentemente, nas demonstrações financeiras.

A Companhia avaliou as circunstâncias que poderiam indicar o impairment de seus ativos não financeiros e concluiu que não houve mudanças motivadas pelo conflito que indicariam tal necessidade. Como não houve interrupção nas operações da Companhia, o impacto financeiro resultante do conflito nas unidades geradoras de caixa ("UGC") foi limitado. Portanto, as principais premissas de longo prazo aplicadas na preparação dos modelos de fluxo de caixa não tiveram alterações significativas para a avaliação dos indicativos de impairment. Nossas projeções de recuperação de tributos diferidos, estão fundamentadas nos mesmos cenários e premissas acima.

A Companhia até o momento não identificou impactos em risco de crédito de clientes, taxa de desconto, estoque, instrumentos financeiros e contas a receber entre outros itens analisados.

## **2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis**

### **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), e pelos padrões internacionais de contabilidade (“IFRS”) emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração da Companhia e suas subsidiárias.

### **2.2 Bases de Elaboração**

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas na troca de ativos.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas Demonstrações Financeiras é determinado nessa base, exceto por operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo do CPC 06 (R2) – Arrendamentos (equivalente à IFRS 16) e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor líquido realizável mencionado no CPC 16 (R1) - Estoques (equivalente ao IAS 2) ou valor em uso na CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (equivalente à IAS 36).

A preparação das Demonstrações Financeiras, requer que a Administração faça julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das políticas e os montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas associadas baseiam-se na experiência e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis em virtude das circunstâncias. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. Vide nota explicativa 2.6 para maiores detalhes.

## **2.3 Bases de Consolidação**

### **a) Investimentos em controladas**

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para a mesma data-base de apresentação da controladora. Sempre que necessário, são realizados ajustes para adequar as políticas contábeis às da Companhia.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, a parcela atribuível à Companhia sobre o lucro líquido ou prejuízo do exercício desses investimentos é registrada na demonstração do resultado da controladora em “resultado de equivalência patrimonial”.

Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo. Os outros resultados abrangentes de controladas são registrados diretamente no patrimônio líquido da Companhia em “outros resultados abrangentes”.

Conforme descrito no contexto operacional, a Companhia adquiriu a CLI Sul durante o exercício de 2022. A CLI Sul, por sua vez, conclui a aquisição da EPSA em novembro de 2022 (nota 2.7). Sendo assim, não estão sendo apresentados saldos consolidados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, e a comparabilidade ficou sem efeito.

**b) Investimento em coligadas**

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em uma joint venture. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Os resultados e os ativos e passivos de coligadas são incorporados nestas demonstrações financeiras pelo método de equivalência patrimonial, exceto quando o investimento é classificado como mantido para venda, caso em que ele é contabilizado de acordo com a IFRS 5 (CPC 31).

De acordo com o método de equivalência patrimonial, um investimento em uma coligada é reconhecido inicialmente no balanço patrimonial consolidado ao custo e ajustado em seguida para reconhecer a participação da Companhia e no resultado e em outros resultados abrangentes da coligada. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada ultrapassa a participação da Companhia nessa coligada (que inclui quaisquer participações de longo prazo que, em essência, formam parte do investimento líquido da Companhia na coligada), a Companhia deixa de reconhecer sua participação em perdas adicionais. As perdas adicionais são reconhecidas somente na medida em que a Companhia incorreu em obrigações legais ou presumidas ou efetuou pagamentos em nome da coligada.

Um investimento em uma coligada é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial a partir da data em que a investida se torna uma coligada. Na aquisição do investimento em uma coligada, qualquer excedente do custo do investimento sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida é reconhecido como ágio, que é incluído no valor contábil do investimento. Qualquer excedente da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis sobre o custo do investimento, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado do período em que o investimento é adquirido.

## CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras  
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em Milhares de Reais)

---

Abaixo é apresentada a relação de controladas diretas e indiretas da Companhia, bem como os investimentos em coligadas, em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<b>Participação direta:</b>		
CLI SUL S.A.	100%	-
<b>Participação indireta:</b>		
Elevações Portuárias S.A.	80%	-
<b>Participação em coligadas:</b>		
Tegram Operações Portuárias S.A. ("TOP S.A.") (i)	<u>25%</u>	<u>25%</u>

(i) A TOP S.A. foi constituída em 22 de julho de 2014. As operações foram iniciadas no exercício de 2015. Tem por objeto social: (a) a administração e operação de instalações portuárias em geral, inclusive das instalações portuárias do Terminal de Grãos do Maranhão — TEGRAM, localizado no Porto do Itaqui, Estado do Maranhão, compreendendo, em sua atividade, a operação e gestão de equipamentos destinados à recepção e expedição de mercadorias, carga e descarga de embarcações, atividades internas em armazéns e execução de quaisquer atividades afins, correlatas, acessórias ou complementares às atividades de operador portuário; (b) a administração de bens próprios; e (c) a participação do capital de outras sociedades, como sócia, sócia-cotista ou acionista.

### **c) Combinações de negócios**

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida.

Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. A Companhia determina que adquiriu um negócio quando o conjunto adquirido de atividades e ativos inclui, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que juntos contribuam significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos.

O processo adquirido é considerado substantivo se for essencial para a capacidade de desenvolver ou converter o input - entrada de recursos adquirido em outputs - saídas de recursos, e os inputs - entradas de recursos adquiridos incluírem tanto a força de trabalho organizada com as habilidades, conhecimentos ou experiência necessários para executar esse processo; ou for fundamental para a capacidade de continuar a produzir outputs e é considerado único ou escasso ou não pode ser substituída sem custo, esforço ou atraso significativos na capacidade de continuar produzindo outputs - saída de recursos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado. Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

**d) Participação de não controladores**

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

**2.4 Reapresentação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão sendo reapresentadas de acordo com as orientações contidas no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, equivalente ao IAS 8, para a inclusão de divulgações adicionais na nota explicativa nº 2.7 Combinação de Negócios.

Os itens 5 e 6 da referida nota explicativa foram acrescidos para trazer maior clareza a conciliação apresentada do quadro de alocação preliminar do valor pago na combinação de negócios.

**Quadro originalmente apresentado**

Total da contraprestação	1.524.093
(-) Valor justo dos ativos adquiridos:	2.188.884
Caixa	17.119
Aplicações financeiras	221.850
Contas a receber	24.969
Estoque	14.494
Imposto de renda diferido	16.715
Imobilizado (1)	583.815
Direito de uso	84.771
Intangível	5.100
Intangível - Licença de operação (2)	1.173.588
Ativo indenizatório (4)	41.458
Outros ativos	5.005
(+) Valor justo dos passivos assumidos:	280.611
Fornecedores	13.539
Obrigações trabalhistas	21.987
Adiantamentos	7.124
Obrigações tributárias	92.124
Arrendamentos CP	16.085
Provisão de riscos (3)	41.171
Arrendamentos LP	88.581
(=) Total dos ativos líquidos a valor justo	1.908.273
Participação de não controladores	338.963
Reconhecimento de compra vantajosa (provisório) (nota 25)	(10.530)

## CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras  
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em Milhares de Reais)

---

(1) O valor justo dos ativos foi calculado pelo método de fluxo de caixa descontado por uma taxa de retorno esperada para o ativo.

(2) O valor justo para licença de operação calculado com base no Método de Lucro Excedente Multi-Período ("MEEM"), método que isola a receita / fluxo de caixa que está relacionado ao ativo intangível sendo avaliado e estima o valor justo por meio da soma dos lucros excedentes futuros descontados atribuíveis ao ativo intangível.

(3) Os passivos contingentes assumidos na aquisição que são considerados obrigações presentes decorrentes de eventos passados e que podem ser mensurados de forma confiável foram reconhecidos e são inicialmente mensurados pelo valor justo na data de aquisição e subsequentemente mensurados de acordo com os requisitos do CPC 15 (R1) (IFRS 3), a um montante superior que seria reconhecido de acordo com o CPC 25 (IAS 37). O valor justo dos passivos contingentes inclui os passivos assumidos e reconhecidos pela EPSA antes da alocação do valor justo, mais os efeitos da alocação dos valores justos.

(4) Conforme previsto na cláusula de indenização do contrato de compra e venda, a CLI Sul, adquirente, tem o direito de ser indenizada pelos vendedores, por quaisquer perdas, cujo fato gerador tenha ocorrido até o fechamento da transação de compra e venda da EPSA (closing). Sob esse fundamento, a adquirente reconheceu contabilmente o ativo indenizatório correspondente ao passivo indenizável, representado por provisões de naturezas cível, tributária e trabalhista, registradas na sociedade adquirida, no montante de R\$ 41.458.

Se a aquisição da EPSA tivesse sido concluída no primeiro dia do exercício fiscal, as receitas consolidadas da Companhia para o exercício teriam sido de R\$ 651.357 e o lucro consolidado teria sido de R\$ 85.634, enquanto para o período compreendido da data de assunção do controle até 31 de dezembro de 2022 as receitas foram de R\$ 87.000.

### **Quadro representado:**

Total da contraprestação	(I)	1.524.093
(-) Valor justo dos ativos adquiridos:		2.188.882
Caixa		17.119
Aplicações financeiras		221.850
Contas a receber		24.969
Estoque		14.494
Imposto de renda diferido		16.715
Imobilizado (1)		583.815
Direito de uso		84.771
Intangível		5.100
Intangível - Licença de operação (2)		1.173.588
Ativo indenizatório (4)		41.458
Outros ativos		5.003
(+) Valor justo dos passivos assumidos:		280.611
Fornecedores		13.539

## CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras  
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em Milhares de Reais)

Obrigações trabalhistas		21.987
Adiantamentos		7.124
Obrigações tributárias		92.124
Arrendamentos CP		16.085
Provisão de riscos (3)		41.171
Arrendamentos LP		88.581
(=) Total dos ativos líquidos a valor justo	(II)	<u>1.908.271</u>
Participação de não controladores	(III)	381.654
(+/-) Ajuste eventos identificados 16 dias (5)		<u>(42.691)</u>
Participação de não controladores		<u>338.963</u>
(+/-) Outros ajustes (6)	(IV)	(8.006)
Reconhecimento de compra vantajosa (provisório) (nota 25) (I-II+III+IV)		<u>(10.530)</u>

(1) O valor justo dos ativos foi calculado pelo método de fluxo de caixa descontado por uma taxa de retorno esperada para o ativo.

(2) O valor justo para licença de operação calculado com base no Método de Lucro Excedente Multi-Período ("MEEM"), método que isola a receita / fluxo de caixa que está relacionado ao ativo intangível sendo avaliado e estima o valor justo por meio da soma dos lucros excedentes futuros descontados atribuíveis ao ativo intangível.

(3) Os passivos contingentes assumidos na aquisição que são considerados obrigações presentes decorrentes de eventos passados e que podem ser mensurados de forma confiável foram reconhecidos e são inicialmente mensurados pelo valor justo na data de aquisição e subsequentemente mensurados de acordo com os requisitos do CPC 15 (R1) (IFRS 3), a um montante superior que seria reconhecido de acordo com o CPC 25 (IAS 37). O valor justo dos passivos contingentes inclui os passivos assumidos e reconhecidos pela EPSA antes da alocação do valor justo, mais os efeitos da alocação dos valores justos.

(4) Conforme previsto na cláusula de indenização do contrato de compra e venda, a CLI Sul, adquirente, tem o direito de ser indenizada pelos vendedores, por quaisquer perdas, cujo fato gerador tenha ocorrido até o fechamento da transação de compra e venda da EPSA (closing). Sob esse fundamento, a adquirente reconheceu contabilmente o ativo indenizatório correspondente ao passivo indenizável, representado por provisões de naturezas cível, tributária e trabalhista, registradas na sociedade adquirida, no montante de R\$ 41.458.

(5) Conforme contrato de compra e venda, a assunção do controle da Elevações Portuárias S.A. pela controlada CLI Sul S.A. ocorreu em 14 de novembro de 2022. Desta forma, ajustes referentes as transações ocorridas no período de 16 dias da data do fechamento da operação para o balanço patrimonial utilizado na avaliação da alocação de preço provisória em 30 de novembro de 2022, foram necessários.

(6) Determinados ajustes foram identificados durante o processo de elaboração das demonstrações financeiras da controlada CLI Sul, estes avaliados quantitativamente e qualitativamente como imateriais pela Administração da Companhia e, portanto, não foram corrigidos em 31 de dezembro de 2022, os quais serão devidamente ajustados na alocação de preço final.

Se a aquisição da EPSA tivesse sido concluída no primeiro dia do exercício fiscal, as receitas consolidadas da Companhia para o exercício teriam sido de R\$ 651.357 e o lucro consolidado teria sido de R\$ 85.634, enquanto para o período compreendido da data de assunção do controle até 31 de dezembro de 2022 as receitas foram de R\$ 87.000.

## **2.5 Moeda Funcional e moeda de apresentação**

A partir de 1º de janeiro de 2021, a Companhia alterou sua moeda funcional, em função de várias mudanças na estrutura, atividades e operações financeiras durante o final do exercício de 2020 e início de 2021, que levaram a Administração a reavaliar sua moeda funcional. Coletivamente, estas circunstâncias justificaram a mudança na moeda funcional para o Real.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas, localizada no Brasil, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário em que opera, geram e consomem recursos.

Os ativos e passivos decorrentes de operações no exterior, são convertidos para reais utilizando-se as taxas de câmbio da data do balanço. As receitas e despesas das operações no exterior são convertidas para reais utilizando-se as taxas de câmbio nas datas das transações.

## **2.6 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das Demonstrações Financeiras exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e estabeleça premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas a seguir descritas são revisadas continuamente.

Os efeitos decorrentes das revisões feitas nas estimativas contábeis são reconhecidos no exercício ou período em que as estimativas são revistas se a revisão afetar apenas este exercício ou período, ou também em exercícios ou períodos subsequentes se a revisão afetar os resultados futuros.

De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, são incluídos comentários referentes a alguns assuntos, conforme segue:

(i) Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia e suas controladas reconhecem a depreciação de seu ativo imobilizado com base em vida útil estimada, que é baseada nas suas práticas e experiência prévia e refletem a vida econômica desses ativos. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar em decorrência de diversos fatores. As vidas úteis do imobilizado também afetam os testes de recuperação de seu custo.

(ii) Redução dos valores de recuperação dos ativos

A cada encerramento de exercício, a Companhia e suas controladas revisam o saldo do ativo imobilizado, avaliando a existência ou não de indicativos de que esses ativos têm sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando o ativo não gera fluxos de caixa separadamente dos outros ativos, a Companhia e suas subsidiárias calculam o valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos de alienação e o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para os quais a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o valor recuperável de um ativo calculado for menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

(iii) Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas esperadas

É constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia e suas controladas para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos vencidos e a vencer, considerando o conceito de perdas esperadas do pronunciamento técnico CPC 48.

(iv) Provisão para custos portuários

Outras contas a pagar incluem provisões operacionais que são decorrentes de custos portuários (navegação), provisão para demurrage, estadia e outros gastos operacionais, cujos serviços já foram prestados e/ou os produtos foram entregues pelos fornecedores, gerando uma obrigação presente para a Companhia no final de cada período de relatório, estimada com base nos termos contratuais junto aos seus fornecedores ou de acordo com a experiência histórica acumulada.

A seguir apresentamos os principais custos portuários incorridos pela Companhia e suas controladas:

Provisão para “*demurrage*”: Quando o tempo de operação e espera do navio ultrapassa o tempo acordado em contrato de afretamento existirá o custo a ser repassado na cadeia logística.

Provisão para estadia: Estadia rodoviária paga para os veículos que levaram mais de 24h desde a sua chegada no pátio regulador até sua efetiva descarga na moega. Cada contrato possui parâmetros próprios para ressarcimento de custos de estadia.

*Laytime* (Estadia de navio): Para alguns contratos da EPSA, o terminal Elevações Portuárias possui a responsabilidade quanto ao *laytime* (estadia) dos navios dos clientes. Portanto, incorre em valor a pagar pelo Terminal ao Embarcador, que posteriormente paga ao afretador que por fim repassa para o Armador no caso de custo. Para os casos de prêmio é seguido o caminho inverso.

(v) Provisão para riscos

A Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais como descrito na nota explicativa nº 18. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

A Administração acredita que as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas Demonstrações Financeiras.

(vi) Valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos em combinações de negócios

Conforme descrito na nota explicativa nº 2.7, os ativos e passivos assumidos por meio de combinação de negócios são avaliados ao valor justo. A determinação dos valores justos destes ativos e passivos podem se basear em dados não observáveis, caso os dados observáveis de mercado não estejam disponíveis, de modo que pode ser exigidos julgamentos e estimativas por parte da Administração da Companhia.

(vii) Passivos de arrendamento

A estimativa da taxa incremental sobre empréstimos é elaborada usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado), quando disponíveis, e considerando nessa estimativa aspectos que são específicos da Companhia (como o *rating* de crédito).

## **2.7 Combinação de negócios**

Em 14 de novembro de 2022, a Companhia, por intermédio da controlada CLI Sul, concluiu a operação de aquisição de 80% das ações da Elevações Portuárias S.A. (“EPSA”). O valor total da operação foi de R\$ 1.524.093, sendo pago em sua integralidade em dinheiro.

A tabela a seguir resume a o cálculo contraprestação transferida na data da transação:

Valor fixo da contraprestação paga em caixa	1.400.400
Contraprestação contingente (passivo assumido na data da aquisição)	123.693
Contraprestação a ser transferida na data da transação	<u>1.524.093</u>

Esta aquisição resultou em uma combinação de negócios, uma vez que a Cli Sul passou a deter o controle da EPSA.

Os efeitos desta combinação de negócios afetaram apenas as contas patrimoniais do consolidado referentes às operações da Companhia a partir da data de aquisição, sendo que o patrimônio líquido da EPSA foi avaliado pelo seu valor justo na aquisição, com base no laudo econômico-financeiro preliminar de alocação do preço pago, por empresa de avaliação independente.

A CLI Sul não concluiu a alocação da contraprestação transferida nesta aquisição, e está apresentando nessas demonstrações financeiras uma alocação provisória com base em suas melhores estimativas, conforme demonstrado na tabela abaixo.

## CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras  
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em Milhares de Reais)

---

Essa contabilização inicial considerou mensuração do valor justo dos ativos e passivos, efetuada por especialistas independentes contratados pela Companhia e está sujeita a eventuais modificações decorrentes de fatos existentes na data da aquisição e que possam vir ao conhecimento da Administração da Companhia durante o período de ajuste de até um ano após a data de aquisição, conforme previsto no pronunciamento contábil CPC 15 (R1).

Com relação à aquisição da EPSA, a data-base de 14 de novembro de 2022 foi utilizada pela Companhia para o reconhecimento contábil da aquisição do controle acionário do investimento e de sua respectiva consolidação no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos foram detalhadas a seguir:

Total da contraprestação	(I)	1.524.093
(-) Valor justo dos ativos adquiridos:		<u>2.188.882</u>
Caixa		17.119
Aplicações financeiras		221.850
Contas a receber		24.969
Estoque		14.494
Imposto de renda diferido		16.715
Imobilizado (1)		583.815
Direito de uso		84.771
Intangível		5.100
Intangível - Licença de operação (2)		1.173.588
Ativo indenizatório (4)		41.458
Outros ativos		5.003
(+) Valor justo dos passivos assumidos:		<u>280.611</u>
Fornecedores		13.539
Obrigações trabalhistas		21.987
Adiantamentos		7.124
Obrigações tributárias		92.124
Arrendamentos CP		16.085
Provisão de riscos (3)		41.171
Arrendamentos LP		88.581
(=) Total dos ativos líquidos a valor justo	(II)	<u>1.908.271</u>
Participação de não controladores	(III)	381.654
(+/-) Ajuste eventos identificados 16 dias (5)		<u>(42.691)</u>
Participação de não controladores		<u>338.963</u>
(+/-) Outros ajustes (6)	(IV)	(8.006)
Reconhecimento de compra vantajosa (provisório) (nota 25) (I-II+III+IV)		<u><u>(10.530)</u></u>

## CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras  
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em Milhares de Reais)

---

(1) O valor justo dos ativos foi calculado pelo método de fluxo de caixa descontado por uma taxa de retorno esperada para o ativo.

(2) O valor justo para licença de operação calculado com base no Método de Lucro Excedente Multi-Período ("MEEM"), método que isola a receita / fluxo de caixa que está relacionado ao ativo intangível sendo avaliado e estima o valor justo por meio da soma dos lucros excedentes futuros descontados atribuíveis ao ativo intangível.

(3) Os passivos contingentes assumidos na aquisição que são considerados obrigações presentes decorrentes de eventos passados e que podem ser mensurados de forma confiável foram reconhecidos e são inicialmente mensurados pelo valor justo na data de aquisição e subsequentemente mensurados de acordo com os requisitos do CPC 15 (R1) (IFRS 3), a um montante superior que seria reconhecido de acordo com o CPC 25 (IAS 37). O valor justo dos passivos contingentes inclui os passivos assumidos e reconhecidos pela EPSA antes da alocação do valor justo, mais os efeitos da alocação dos valores justos.

(4) Conforme previsto na cláusula de indenização do contrato de compra e venda, a CLI Sul, adquirente, tem o direito de ser indenizada pelos vendedores, por quaisquer perdas, cujo fato gerador tenha ocorrido até o fechamento da transação de compra e venda da EPSA (closing). Sob esse fundamento, a adquirente reconheceu contabilmente o ativo indenizatório correspondente ao passivo indenizável, representado por provisões de naturezas cível, tributária e trabalhista, registradas na sociedade adquirida, no montante de R\$ 41.458.

(5) Conforme contrato de compra e venda, a assunção do controle da Elevações Portuárias S.A. pela controlada CLI Sul S.A. ocorreu em 14 de novembro de 2022. Desta forma, ajustes referentes as transações ocorridas no período de 16 dias da data do fechamento da operação para o balanço patrimonial utilizado na avaliação da alocação de preço provisória em 30 de novembro de 2022, foram necessários.

(6) Determinados ajustes foram identificados durante o processo de elaboração das demonstrações financeiras da controlada CLI Sul, estes avaliados quantitativamente e qualitativamente como imateriais pela Administração da Companhia e, portanto, não foram corrigidos em 31 de dezembro de 2022, os quais serão devidamente ajustados na alocação de preço final.

Se a aquisição da EPSA tivesse sido concluída no primeiro dia do exercício fiscal, as receitas consolidadas da Companhia para o exercício teriam sido de R\$ 651.357 e o lucro consolidado teria sido de R\$ 85.634, enquanto para o período compreendido da data de assunção do controle até 31 de dezembro de 2022 as receitas foram de R\$ 87.000.

## **2.8 Principais políticas e práticas contábeis**

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nessas Demonstrações Financeiras, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

### **2.8.1 Caixa e equivalentes de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até no máximo 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

### **2.8.2 Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa. As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa são estabelecidas quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

### **2.8.3 Imposto de Renda e Contribuição Social**

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

#### **a) Impostos correntes**

O imposto de renda e a contribuição social da Companhia e de suas controladas foram calculados com base no lucro tributável relativo a cada exercício, ajustado na forma legal, calculado à alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10% excedente a R\$240. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 9% da base tributável.

O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

#### **b) Impostos diferidos**

Quando aplicável, são constituídos sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis. Quando aplicável, são registrados imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, com base na perspectiva de geração de resultados tributáveis futuros.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em “Outros resultados abrangentes” ou diretamente no patrimônio líquido.

### **2.8.4 Moeda estrangeira**

Transações em outras moedas (diferente da moeda funcional) são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em outras moedas na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas (diferentes da moeda funcional), são reconhecidos na demonstração do resultado como variações monetárias e cambiais, líquidas.

### **2.8.5 Estoques**

Os estoques mantidos pela Companhia se referem substancialmente a peças e insumos mantidos em estoque para consumo na operação se espera consumi-los dentro do período. São mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido (preço de venda estimado deduzido de custos incorridos estimados). Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e incluem gastos incorridos na aquisição de estoques, deduzido das provisões para giro lento e obsolescência, constituídas em 100% do valor do item do estoque sem movimentação há mais de 12 (doze) meses.

### **2.8.6 Imobilizado**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando necessário. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado, quando concluídas e prontas para o uso pretendido.

A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Os terrenos não sofrem depreciação.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados nas datas de encerramento dos exercícios e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo quando for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

## **2.8.7 Instrumentos financeiros**

### Classificação e reconhecimento

A Companhia classifica ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: ao valor justo por meio do resultado (“FVTPL”), ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI”) e ao custo amortizado.

A Companhia reconhece os ativos e passivos financeiros quando, e somente quando, se tornar parte das disposições contratuais dos instrumentos. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### a) Ativos financeiros

##### Reconhecimento e mensuração

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originadas. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo, (seja por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou por meio do resultado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR (valor Justo por meio do Resultado):

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos.

No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

b) Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e desreconhecimento

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Passivos a custo amortizado são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

**2.8.8 Intangível**

Direito de exploração

A Companhia e suas controladas possuem concessões de serviços públicos decorrentes de contratos de arrendamento. A Companhia atua sob o regime de concessão, entretanto, as suas atividades não se enquadram nos requerimentos da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, em função do preço não ser regulado pelo poder concedente. Dessa forma, conforme nota 2.1.3, em função da adoção do CPC 06 (R2) (equivalente ao IFRS 16), os saldos foram reclassificados para a rubrica de Direito de Uso, ficando alocado no intangível o pagamento da outorga do início do contrato e bens reversíveis oriundos destes contratos.

### Ágio

O ágio é inicialmente reconhecido com base na política contábil de combinação de negócios.

### Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e suas controladas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

### Amortização

Exceto pelo ágio e outros ativos de vida útil indefinida, os ativos intangíveis são amortizados numa base linear ao longo da sua vida útil estimada, a partir da data em que estão disponíveis para uso ou são adquiridos.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de relatório e ajustados, se apropriado.

#### **2.8.9 Redução ao valor recuperável de ativos - Impairment**

No fim de cada exercício, a Administração da Companhia e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos não serão recuperáveis pelas operações ou por sua alienação. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de estimar o montante de perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável individual de um ativo, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados a cada unidade geradora de caixa ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior entre o valor justo (menos os custos na venda) ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do referido ativo.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores.

#### **2.8.10 Provisões**

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

#### **2.8.11 Passivo circulante e não circulante**

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e / ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

#### **2.8.12 Reconhecimento de receita**

A receita é mensurada pelo valor da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidas ao cliente e outras deduções similares. A receita operacional é reconhecida quando a obrigação de desempenho é satisfeita, levando em consideração os seguintes indicadores de transferência de controle: (i) a Companhia possui um direito presente de pagamento pelo serviço; (ii) o cliente possui a titularidade legal do ativo; (iii) o cliente possui os riscos e benefícios significativos da propriedade do ativo; e (iv) o cliente aceitou o serviço.

A receita de serviços é reconhecida no resultado em virtude da respectiva prestação e está relacionada, principalmente a operações de elevação de grãos, principalmente, soja, farelo de soja e milho, e operações logísticas. As operações de elevação de grãos referem-se, basicamente, ao embarque produtos agrícolas dos navios e são reconhecidas no resultado em virtude da conclusão das operações de cada navio. As operações logísticas estão relacionadas, principalmente a recepção, manuseio e embarque da soja, farelo de soja e milho dentro da área portuária.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços/comercialização de armazenagem e elevação de produtos agrícolas a granel (soja, farelo de soja e milho) e outros serviços da atividade portuária, no curso normal das atividades da Companhia.

#### **2.8.13 Subvenções governamentais**

Incentivos fiscais são reconhecidos quando há razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção serão cumpridas pela Companhia e suas controladas.

A reserva de incentivo fiscal é constituída mediante destinação de parcela do resultado do exercício equivalente aos incentivos fiscais em conformidade a Lei das Sociedades por Ações. Essa reserva somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital.

Detalhes adicionais sobre os incentivos estão descritos na nota 16.

#### **2.8.14 Resultado por ação**

O cálculo do lucro por ação básico é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora (após o ajuste referente aos juros sobre as ações preferenciais e sobre títulos conversíveis, em ambos os casos líquidos de tributos) pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

#### **2.8.15 Informações por segmentos**

As informações por segmentos de negócios são apresentadas na nota explicativa nº 27 de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais.

O principal órgão tomador de decisões da Companhia, responsável pela definição da alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a Diretoria Executiva.

#### **2.8.16 Pagamentos baseados em ações**

A Companhia oferece a seus executivos plano de outorga de opções de compra de ações, liquidados exclusivamente com as suas próprias ações.

Os planos são mensurados pelo valor justo na data da outorga. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um método de valorização apropriado cujos detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 6 (b).

O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido ao longo do período em que a condição de serviço é cumprida, com término na data em que o funcionário adquire o direito integral ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data-base até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição foi cumprido e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do exercício é registrada como despesa de pessoal.

Nenhuma despesa é reconhecida para outorgas que completam o seu período de aquisição por não terem sido cumpridas as condições de desempenho e/ou de serviços.

Quando os termos de uma transação liquidada com títulos patrimoniais são modificados (por exemplo, por modificações no plano), a despesa mínima reconhecida é o valor justo na data de outorga, desde que estejam satisfeitas condições originais de aquisição do direito. Uma despesa adicional, mensurada na data da modificação, é reconhecida para qualquer modificação que resulta no aumento do valor justo dos acordos com pagamento baseado em ações ou que, de outra forma, beneficie os executivos. Quando uma outorga é cancelada pela Companhia ou pela contraparte, qualquer elemento remanescente do valor justo da outorga é reconhecido como despesa imediatamente por meio do resultado.

#### **2.8.17 Arrendamentos**

No início de um contrato, a Companhia e suas controladas avaliam se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Os contratos de arrendamentos de áreas portuárias, são considerados como ativos arrendados em contrapartida ao reconhecimento a valor presente das parcelas fixas e pagamentos mínimos (movimentações mínimas contratuais) fixados no contrato de arrendamento, no passivo. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia e suas controladas utilizam a definição de arrendamento no CPC 06 (R2) / IFRS 16.

(i) Como arrendatário

A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra.

Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e de suas controladas. Geralmente, a Companhia e suas controladas usam sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia e suas controladas determinam sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- ☐ pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- ☐ pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- ☐ valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- ☐ o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia e suas controladas alterarem suas avaliações se exercerão uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido à zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia e suas controladas optaram por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos circulantes, incluindo equipamentos de TI.

A Companhia e suas controladas reconhecem os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

#### **2.8.18 Propriedade para investimento**

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A Administração da Companhia optou por classificar a propriedade para investimento pelo custo desde o seu reconhecimento inicial. O custo inclui despesa que é diretamente atribuível à aquisição de uma propriedade para investimento. Pode ser composto de juros capitalizados decorrentes dos empréstimos, gastos com material e mão de obra direta ou qualquer outro gasto diretamente atribuível a essa propriedade, desde que seja necessário para aloca-la em condição de uso conforme o seu propósito.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento são reconhecidos no resultado do exercício. Quando uma propriedade para investimento previamente reconhecida é vendida, os respectivos montantes reconhecidos em ajuste de avaliação patrimonial são transferidos para lucros (prejuízos) acumulados.

Quando a utilização da propriedade mudar de tal forma que ela seja reclassificada como imobilizado, seu valor justo apurado na data da reclassificação será seu custo para a contabilização subsequente.

Conforme CPC 28 Propriedade para investimento (IAS 40), a Companhia divulga o valor justo das propriedades para investimento.

#### **2.8.19 Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)**

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos das perdas de crédito esperada), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativo se a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de controladas, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

#### **2.8.20 CPCs/IFRSs novas e revisadas já emitidas, porém ainda não adotadas**

Como parte do compromisso do CPC em adotar no Brasil todas as alterações introduzidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB” nas IFRSs, alterações em determinados pronunciamentos contábeis já foram divulgadas pelo IASB, as quais ainda não estão vigentes para a preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

*Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras (CPC 26 (R1)) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes*

As alterações à IAS 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens.

As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de 'liquidação' para esclarecer que a liquidação se refere à transferência, para uma contraparte; um valor em caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.

As alterações são aplicáveis retrospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

*Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras (CPC 26 (R1)) e Declaração da Prática 2 da IFRS - Exercendo Julgamentos de Materialidade - Divulgação de Políticas Contábeis*

As alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo "políticas contábeis significativas" por "informações de políticas contábeis relevantes". As informações da política contábil são relevantes se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Os parágrafos de apoio na IAS 1 também foram alterados para esclarecer que as informações da política contábil relacionadas a transações, outros acontecimentos ou condições irrelevantes são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações da política contábil podem ser relevantes devido à natureza das transações relacionadas, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam irrelevantes. Porém, nem todas as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições relevantes são materiais por si só.

O IASB preparou ainda orientações e exemplos para explicar e demonstrar a aplicação do “processo de materialidade em quatro passos” descrito na Declaração Prática 2 da IFRS.

As alterações à IAS 1 são aplicáveis prospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, sendo permitida a adoção antecipada. As alterações à Declaração Prática 2 da IFRS não apresentam uma data de vigência ou exigências de transição.

*Alterações à IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23) - Definição de Estimativas Contábeis*

A alteração substitui a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração”.

A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída. No entanto, o Board manteve o conceito de mudanças nas estimativas contábeis na Norma com os seguintes esclarecimentos:

- Uma mudança na estimativa contábil que resulte de novas informações ou novos eventos não significa a retificação de um erro.
- Os efeitos da mudança em um dado ou técnica de mensuração usada para desenvolver uma estimativa contábil correspondem a mudanças nas estimativas contábeis se não resultarem da retificação de erros de períodos anteriores.

O IASB acrescentou dois exemplos (Exemplos 4-5) na Orientação sobre a implementação da IAS 8, que acompanha a Norma. O IASB excluiu um exemplo (Exemplo 3) uma vez que poderia causar confusão à luz das alterações.

As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023 com relação a mudanças nas políticas contábeis e mudanças nas estimativas contábeis ocorridas em ou após o início daquele período, sendo permitida a adoção antecipada.

*Alterações à IAS 12 - Tributos sobre o Lucro (CPC 32) - Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação*

As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a entidade não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares.

Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Por exemplo, isso pode ocorrer no reconhecimento do passivo de arrendamento e correspondente ativo de direito de uso aplicando a IFRS 16 na data de início do arrendamento.

Após as alterações à IAS 12, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na IAS 12.

O IASB acrescenta ainda um exemplo ilustrativo na IAS 12 que explica como as alterações são aplicadas.

As alterações são aplicáveis a transações ocorridas no ou após o início do primeiro período comparativo apresentado. Adicionalmente, no início do primeiro período comparativo, a entidade reconhece:

- Um ativo fiscal diferido (quando for provável que a entidade apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas) e um passivo fiscal diferido para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas aos:

- Ativos de direito de uso e passivos de arrendamento.
- Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares e valores correspondentes reconhecidos como parte do custo do respectivo ativo.

- O efeito acumulado da aplicação inicial das alterações como ajuste do saldo inicial de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável) naquela data.

As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, sendo permitida adoção antecipada.

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

## CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras  
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em Milhares de Reais)

### 3 Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	21.052	26.186	39.565
Aplicações financeiras	114.482	11.125	524.282
<b>Total</b>	<b>135.534</b>	<b>37.311</b>	<b>563.847</b>

Em 31 de dezembro de 2022, os saldos de conta corrente são representados por moeda nacional e estrangeira, os saldos referentes a moeda estrangeira são de R\$ 8.559 (R\$ 25.648 em 31 de dezembro de 2021) e em moeda nacional R\$ 12.493 (R\$ 538 em 31 de dezembro de 2021). As aplicações financeiras são compostas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
<b>Aplicações em bancos</b>			
Certificado de depósitos bancários – CDB	95.843	11.089	434.569
Operações compromissadas (i)	18.639	36	89.713
	<b>114.482</b>	<b>11.125</b>	<b>524.282</b>

(i) Se tratam de operações de curto prazo lastreadas em títulos de renda fixa.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 os rendimentos médios das aplicações financeiras foram de 100% do CDI (em 31 de dezembro de 2021 o rendimento médio foi de 99% do CDI).

### 4 Contas a Receber

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Clientes estrangeiros	6.400	2.115	19.766
Clientes nacionais	6.366	-	15.782
Clientes Consórcio Tegram	525	86	523
(-) Provisão para perdas de créditos esperadas	-	(948)	-
<b>Total de Contas a Receber</b>	<b>13.291</b>	<b>1.253</b>	<b>36.071</b>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
<b>Saldo Inicial do Período</b>	(948)	(885)	(948)
(Adições)Reversões	948	(63)	948
<b>Saldo Final do Período</b>	<b>-</b>	<b>(948)</b>	<b>-</b>

## CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras  
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em Milhares de Reais)

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

Para medir as perdas de crédito esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos. As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofridas. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis.

### **Redução por perda do valor recuperável**

A provisão para perdas de crédito esperadas é constituída com base prospectiva, mediante análise do risco de crédito e do comportamento histórico da inadimplência. Porém a companhia não possui um histórico significativo de inadimplência. Valores apresentados na provisão para perdas de crédito são referentes a processos administrativos por cancelamentos de notas fiscais em órgãos públicos.

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>
	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2022</b>
Créditos a vencer	6.039	86	24.836
Créditos vencidos até 60 dias	7.252	1.167	9.607
Créditos vencidos de 61 a 180 dias	-	-	1.628
Créditos vencidos acima de 180 dias	-	948	-
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		(948)	-
<b>Total</b>	<b>13.291</b>	<b>1.253</b>	<b>36.071</b>

### **5 Estoque**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>
	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2022</b>
Peças e acessórios	1.782	900	14.552
Combustíveis e lubrificantes	-	-	344
Almoxarifado e outros	-	-	1.808
<b>Total de estoques</b>	<b>1.782</b>	<b>900</b>	<b>16.704</b>

Os saldos estão apresentados líquidos da provisão de estoques obsoletos no montante de R\$ 3.158 em 31 de dezembro de 2022.

## CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras  
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em Milhares de Reais)

Abaixo apresentamos a movimentação da provisão:

	<b>Consolidado</b> <b>31/12/2022</b>
<b>Saldo inicial</b>	-
Saldo oriundo de combinação de negócios	(3.158)
<b>Saldo final</b>	<b>(3.158)</b>

### **6 Partes Relacionadas**

A seguir apresentamos os saldos existentes com partes relacionadas não controladas e não consolidadas:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>
	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2022</b>
<b>Ativo circulante</b>			
<b>Contas a receber de clientes</b>			
Rumo S.A. (ii)	1.266	-	12.723
<b>Total ativo circulante</b>	<b>1.266</b>	<b>-</b>	<b>12.723</b>
<b>Ativo não circulante</b>			
<b>Contas a receber de clientes</b>			
Elevações Portuárias S.A. (ii)	1.960	726	1.960
<b>Total ativo não circulante</b>	<b>1.960</b>	<b>726</b>	<b>1.960</b>
	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2022</b>
<b>Passivo circulante</b>			
<b>Fornecedores</b>			
Rumo S.A. (iii)	-	-	14.340
<b>Total Passivo circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>14.340</b>
<b>Passivo não circulante</b>			
<b>Fornecedores</b>			
Rumo S.A. (i)	-	-	123.693
<b>Total Passivo não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>123.693</b>

- (i) Os antigos controladores da EPSA (Rumo S.A.) terão direito ao recebimento de um valor adicional de acordo com a performance futura do negócio, e está condicionado realização da incorporação da EPSA pela CLI Sul no prazo de 18 meses. O valor justo dessa contraprestação contingente na data da aquisição da EPSA é de R\$ 123.693. Este valor corresponde a 20% do valor líquido entre a dívida e o caixa existente na data da liquidação.
- (ii) O saldos de contas a receber, no ativo circulante e não circulante, são rateios de despesas administrativas entre as Companhias com preços e condições determinados entre as partes.
- (iii) O saldo de contas a pagar, no passivo circulante, se referem à rateios corporativos (empresas grupo Rumo) e do centro de serviços compartilhados do grupo Raízen.

## CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras  
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em Milhares de Reais)

As operações comerciais, financeiras e societárias envolvendo partes relacionadas são registradas pelos termos e condições estabelecidos em contrato, que poderiam ser diferentes se fossem negociadas com terceiros. Os saldos em aberto no final do exercício não são garantidos, nem estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro.

Não houve garantias dadas ou recebidas sobre quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Ao final de cada período é realizada análise de recuperação dos valores e receber e neste exercício nenhuma provisão foi reconhecida.

### a) Transações com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
<b>Receita operacional líquida</b>			
Raízen Energia S.A. e controladas <sup>(i)</sup>	-	-	6.342
Wilmar Sugar Pte Ltd	-	-	295
Raízen International Universal Corporation	-	-	42
	-	-	<b>6.679</b>
<b>Compras de produtos / insumos</b>			
Logisport Armazéns Gerais S.A. <sup>(ii)</sup>	-	-	(31)
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. <sup>(iii)</sup>	-	-	(992)
Rumo S.A. <sup>(iv)</sup>	-	-	(240)
Outros	-	-	(28)
	-	-	<b>(1.290)</b>
<b>Despesa compartilhada <sup>(v)</sup></b>			
Rumo Malha Paulista S.A.	-	-	318
Rumo Malha Sul S.A.	-	-	(602)
Rumo Malha Norte S.A.	-	-	(9.358)
Rumo S.A.	-	-	(2.147)
Outros	-	-	(33)
	-	-	<b>(11.822)</b>
<b>Resultado financeiro</b>			
Raízen International Universal Corporation	-	-	2
Wilmar Sugar Pte Ltd	-	-	(18)
	-	-	<b>(16)</b>

- (i) A prestação de serviços no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para a Raízen Energia e a Raízen S.A. se refere à armazenagem e elevação portuária, contratada em condições de mercado. (empresas grupo Rumo)
- (ii) A prestação de serviços no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 junto à Logisport Armazéns Gerais S.A. se refere à locação de espaço para armazenagem, de acordo com o contrato entre as partes. (empresas grupo Rumo)
- (iii) As compras no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 junto à Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. referem-se à compra de lubrificantes, adquiridos em condições de mercado. (empresas grupo Rumo)

- (iv) A prestação de serviço no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 junto à Rumo S.A. se refere à locação de armazéns localizados em Itirapina e Jaú, de acordo com o contrato entre as partes. (empresas grupo Rumo)
- (v) Referem-se à rateios corporativos (empresas grupo Rumo) e do centro de serviços compartilhados do grupo Raízen.

**b) Remuneração da Administração**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>
	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2022</b>
Salários e bônus	1.926	1.736	1.926
Pagamento baseado em ações	755	-	755
Total	<u>2.681</u>	<u>1.736</u>	<u>2.681</u>

**Pagamentos baseados em ações**

Em 2022, a CLI oferece incentivos de longo prazo para altos executivos responsáveis pela implementação de sua estratégia de longo prazo.

**Aprovação do Plano de Pagamento Baseado em Ações**

Em 29 de setembro de 2022 a Companhia aprovou o Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações (“Plano”) da Companhia limitado a 5% do número de ações da Companhia. O Plano deu direito aos diretores estatutários de adquirir ações de emissão da Companhia. De acordo com este programa, as opções podem ser exercidas pelo valor justo das ações na data da outorga, podendo ser acrescido de correção monetária, com base na variação do IPCA/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). O Conselho de Administração será o responsável pela administração do Plano.

O Plano tem por objetivo permitir a outorga de opção de compra de ações aos diretores estatutários da Companhia, devidamente discutidos e selecionados previamente pelo Conselho de Administração, com vistas a: (i) atrair, motivar e manter vinculados à Companhia executivos de alta performance e estratégicos para o desenvolvimento do seu objeto social; (ii) alinhar os interesses dos diretores estatutários com os dos acionistas da Companhia, incentivando o comprometimento, o engajamento e o senso de participação no negócio explorado pela Companhia; (iii) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos traçados pela Companhia; e (vi) Oferecer aos diretores estatutários uma possibilidade adicional de compartilhar a performance e o sucesso da Companhia.

A aprovação dos efetivos participantes e do número de opções a serem outorgadas a cada um deles serão determinados pelo Conselho de Administração. O Exercício da Opção de Compra pelo Participante não está sujeito ao atingimento de meta individual do Participante nem de metas globais da Companhia, mas sim pela permanência do vínculo do diretor com a Companhia, sendo que a condição de aquisição (“*vesting*”) é de 20% por ano sobre a quantidade de opções recebidas na data da outorga; e a condição de exercício pela ocorrência de um Evento de Liquidez.

Os eventos de liquidez que impactam o exercício da opção de ações estão descritos a seguir:

1. consumação de uma oferta pública secundária de ações da Companhia ou alienação, direta ou indireta, de pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) da sua participação acionária dos acionistas atuais;
2. realização de uma transação primária e/ou secundária, pública ou privada, por meio da qual os Acionistas Originais da Companhia reduzam a sua participação em 40% (quarenta por cento) ou mais da sua participação; e
3. alienação, direta ou indireta, pelos Acionistas do controle societário da Companhia desde que haja troca efetiva do controle indireto.

No caso de renúncia ou de desligamento por justa causa do participante, as opções de compra que não tenham sido adquiridas até a data de desligamento, observados os períodos de exercício da opção, serão automaticamente extintas.

Até 31 de dezembro de 2022 foram outorgados 2.971.824 opções de compra de ações cujo valor justo na data da outorga é de R\$4,22 por opção, sendo que em 31 de dezembro de 2022 não há opções de compra de ações vestidas ou extintas.

A despesa é registrada da data da outorga até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção. A Companhia reconheceu no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o total de R\$ 755 mil.

O valor justo do pagamento baseado em ações foi preparado com base em uma abordagem de mercado e está baseado em uma transação de compra e venda das ações da Companhia em termos de mercado.

## CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras  
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em Milhares de Reais)

### 7 Tributos a Recuperar

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
PIS	353	413	353
COFINS	1.547	1.860	1.547
Imposto de renda	3.855	362	4.124
Contribuição social sobre o lucro líquido	3.401	1.779	3.401
Outros	121	122	2.121
<b>Total</b>	<b>9.277</b>	<b>4.536</b>	<b>11.546</b>

### 8 Propriedade para investimentos

	2022/2021
Saldos em 31 de dezembro 2022 e 2021	972

O valor da propriedade para investimento, refere-se a um terreno, transferido a valor de custo do ativo imobilizado, e mantido para fins de renda e valorização em 2020. O valor justo da propriedade em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 994 (R\$ 972 em 31 de dezembro de 2021).

### 9 Investimentos

#### a) Composição dos investimentos

<b>Nome da controlada</b>	TOP S.A.
<b>Tipo de investimento</b>	Investimento em Coligada
<b>% Participação</b>	25%
Total do ativo de controladas em 31 de dezembro de 2022	2.012
Total do passivo de controladas em 31 de dezembro de 2022	1.762
Patrimônio líquido de investidas em 31 de dezembro de 2022	250
Lucro (prejuízo) de controlada no exercício 2022	0
<b>Valor do investimento em 2022</b>	<b>62</b>
<b>Nome da controlada</b>	CLI Sul S.A.
<b>Tipo de investimento</b>	Investimentos em controlada direta
<b>Número de ações</b>	800.000.500
<b>Tipo de ações</b>	Ordinárias
<b>% Participação</b>	100%
Total do ativo de controladas em 31 de dezembro de 2022	1.752.514
Total do passivo de controladas em 31 de dezembro de 2022	940.764
Patrimônio líquido de investidas em 31 de dezembro de 2022	811.750
Lucro de controlada no exercício 2022 (Eq. Patrimonial)	15.409
<b>Valor do investimento em 2022</b>	<b>815.409</b>
<b>Nome da controlada</b>	EPSA
<b>Controladora</b>	CLI Sul S.A.
<b>Tipo de investimento</b>	Investimentos em controlada indireta
<b>Número de ações</b>	672.397.257
<b>Tipo de ações</b>	Ordinárias
<b>% Participação</b>	80%
Total do ativo de controladas em 31 de dezembro de 2022	2.187.899
Total do passivo de controladas em 31 de dezembro de 2022	284.129
Patrimônio líquido de investidas em 31 de dezembro de 2022	1.876.233
Lucro de controlada após a obtenção de controle	43.819
<b>Valor do investimento em 2022</b>	<b>1.528.507</b>

## CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras  
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em Milhares de Reais)

### b) Movimentação dos investimentos:

	TOP S.A.	CLI SUL	Total de investimentos Controladora
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>13</b>	-	<b>13</b>
Aporte de capital	-	1	1
Equivalência patrimonial	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>13</b>	<b>1</b>	<b>14</b>
Aporte de capital	49	800.000	800.049
Equivalência patrimonial	-	15.409	15.409
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>62</b>	<b>815.410</b>	<b>815.472</b>

## 10 Direito de uso

### a) Controladora

Direito de uso (Ativo)

	Vida útil em anos	Saldo contábil 31.12.2020	Remensurações	Depreciação	Saldo contábil 31.12.2021
Corredor Logística e Infraestrutura S.A. Concessão	15	56.683	16.529	(4.555)	68.657
<b>Total</b>		<b>56.683</b>	<b>16.529</b>	<b>(4.555)</b>	<b>68.657</b>

  

	Vida útil em anos	Saldo contábil 31.12.2021	Remensurações	Depreciação	Saldo contábil 31.12.2022
Corredor Logística e Infraestrutura S.A. Concessão	15	68.657	8.532	(5.121)	72.068
<b>Total</b>		<b>68.657</b>	<b>8.532</b>	<b>(5.121)</b>	<b>72.068</b>

### b) Consolidado

	Vida útil em anos	Saldo contábil 31.12.2021	Saldo oriundo da combinação de negócios	Adições / (Baixas)	Depreciação	Saldo contábil 31.12.2022
Corredor Logística S.A. Concessão	15	68.657	-	8.532	(5.121)	72.068
Elevações Portuárias S.A. Concessão	14	-	84.771	-	(530)	84.241
<b>Total</b>		<b>68.657</b>	<b>84.771</b>	<b>8.532</b>	<b>(5.651)</b>	<b>156.309</b>

## CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras  
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em Milhares de Reais)

### 11 Imobilizado

#### Controladora

	Controladora			
	Custo	Depreciação Acumulada	31/12/2022	31/12/2021
Móveis e utensílios	308	(68)	240	242
Computadores e periféricos	1.277	(893)	384	436
Máquinas e equipamentos	963	(162)	801	485
Instalações	130	(20)	110	44
<b>Total</b>	<b>2.678</b>	<b>(1.143)</b>	<b>1.535</b>	<b>1.207</b>

	Terrenos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Máq. e Equipamentos	Instalações	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>972</b>	<b>247</b>	<b>471</b>	<b>300</b>	<b>-</b>	<b>1.990</b>
Aquisição	-	12	56	230	45	343
Depreciação	-	(17)	(91)	(45)	(1)	(154)
Transferência Propriedade para Investimento	(972)	-	-	-	-	(972)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>-</b>	<b>242</b>	<b>436</b>	<b>485</b>	<b>44</b>	<b>1.207</b>
Aquisições	-	17	51	399	85	552
Depreciação no exercício	-	(19)	(103)	(83)	(19)	(224)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>-</b>	<b>240</b>	<b>384</b>	<b>801</b>	<b>110</b>	<b>1.535</b>

#### Consolidado

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Obras em andamento	Máquinas, equipamentos e instalações	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>-</b>	<b>242</b>	<b>436</b>	<b>-</b>	<b>529</b>	<b>1.207</b>
Adições	-	17	52	2.313	484	2.866
Saldos oriundos de combinação de negócio	20.675	896	-	24.713	17.650	63.934
Depreciação no exercício	(2.077)	(47)	(103)	-	(618)	(2.845)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>18.598</b>	<b>1.108</b>	<b>385</b>	<b>27.026</b>	<b>18.045</b>	<b>65.162</b>

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 não há bens dados em garantia.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Administração da Companhia avaliou cada segmento de negócio e concluiu que não há nenhum indicativo que levasse à necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados.

As vidas úteis estimadas das aquisições de itens novos (bens não reversíveis) para o exercício corrente é a seguinte:

	Vida útil – 2022 e 2021
Móveis e utensílios	10 – 15 anos
Computadores e periféricos	1 - 5 anos
Edifícios e benfeitorias	20 – 25 anos
Máquinas e equipamentos	10 - 15 anos
Instalações	30 anos

CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras  
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em Milhares de Reais)

**12 Intangível**

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Licença de operação	-	-	156.432
Direito de uso de outorga	19.832	21.155	19.832
Bens de concessão	225.557	232.131	743.637
Mais Valia - Contrato de Concessão	464.977	497.045	1.486.234
	<b>710.367</b>	<b>750.331</b>	<b>2.406.135</b>

a) Controladora

Controladora	Direitos de Uso Outorga	Mais Valia	Bens de concessão	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>22.478</b>	-	<b>239.181</b>	<b>261.659</b>
Adições	-	529.111	285	529.396
Amortização no exercício	(1.323)	(32.067)	(4.897)	(38.287)
Obras em Andamento	-	-	(1.779)	(1.779)
Baixas	-	-	(658)	(658)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>21.155</b>	<b>497.044</b>	<b>232.132</b>	<b>750.331</b>
Adições	-	-	1.573	1.573
Amortização no exercício	(1.323)	(32.067)	(9.159)	(42.549)
Obras em Andamento	-	-	1.012	1.012
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>19.832</b>	<b>464.977</b>	<b>225.558</b>	<b>710.367</b>

b) Consolidado

Consolidado	Licença de operação	Direitos de Uso Outorga	Mais Valia	Bens de concessão	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	-	<b>21.155</b>	<b>497.045</b>	<b>232.131</b>	<b>750.331</b>
Saldos oriundos de combinação de negócio - Aquisição EPSA	157.415	-	1.027.172	519.712	1.704.299
Adições	-	-	-	1.573	1.573
Amortização	(983)	(1.323)	(37.983)	(10.791)	(51.080)
Obras em andamento	-	-	-	1.012	1.012
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>156.432</b>	<b>19.832</b>	<b>1.486.234</b>	<b>743.637</b>	<b>2.406.135</b>

## CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras  
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em Milhares de Reais)

---

### Direito de uso outorga

Refere-se ao lance inicial do contrato de concessão da Companhia no Tegram-Itaqui.

### Mais Valia

Controladora:

Refere-se a ativo Intangível relacionado a mais valia do Contratos de Concessão, identificado em combinações de negócio quando da aquisição da Companhia pela Nova CLI (empresa extinta em 2021, após ser incorporada pela CLI), tal montante será amortizado em 198 parcelas até 2037 de acordo com a vida útil do contrato de concessão detidos pela CLI.

Consolidado:

Refere-se a ativo Intangível relacionado a mais valia do Contratos de Concessão, identificado em combinações de negócio quando da aquisição da EPSA pela CLI SUL, tal montante será amortizado em 159 parcelas até 2036 de acordo com a vida útil do contrato de concessão detidos pela EPSA. Exceto pelo ágio, os ativos intangíveis são amortizados numa base linear ao longo da sua vida útil estimada, a partir da data em que estão disponíveis para uso ou adquiridos.

<b>Ativo intangível (exceto ágio)</b>	<b>Taxa anual de Amortização % (Consolidado)</b>
Licença de operação (CLI S.A. - Tegram)	4,38%
Licença de operação (CLI Sul S.A. - EPSA)	3,70%

---

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de relatório e ajustados, se apropriado.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Administração da Companhia avaliou cada segmento de negócio e concluiu que não há nenhum indicativo que levasse à necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis.

## **13 Fornecedores e outras contas a pagar**

### **13.1 Fornecedores**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>
	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2022</b>
Fornecedores nacionais	4.547	842	22.411
Outros	-	-	2.122
<b>Total</b>	<b>4.547</b>	<b>842</b>	<b>24.533</b>

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras  
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em Milhares de Reais)

**13.2 Outras contas a pagar**

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Assunção de dívida (a)	22.063	28.329	22.063
Provisão de demurrage (nota 2.6 (iv))	-	-	27.364
Provisão de estadia (nota 2.6 (iv))	-	-	2.497
Outros valores a pagar	3.062	4.521	10.849
<b>Total Outras contas a pagar</b>	<b>25.125</b>	<b>32.850</b>	<b>62.773</b>
Circulante	11.299	11.260	48.947
Não circulante	13.826	21.590	13.826

## (a) Assunção de dívidas

Em 23 de Dezembro de 2020 a Companhia teve seu controle societário alterado, deixando de fazer parte do Grupo Cantagalo e passando a ser uma das investidas de veículos geridos pela IG4 Capital. Conforme contrato entre as partes a Corredor Logística e Infraestrutura assumiu em 2020 dívidas de sua antiga Controladora após a conclusão da operação. O pagamento da dívida é dividido em 5 anos conforme descrito no instrumento de assunção de dívidas: (a) 4 janelas no ano de 2021 sendo nos meses de março e maio, julho e setembro; (b) 4 janelas no ano de 2022 sendo nos meses de março e maio, julho e setembro; (c) 4 janelas no ano de 2023 sendo nos meses de março e maio, julho e setembro; (d) 4 janelas no ano de 2024 sendo nos meses de março e maio, julho e setembro; (e) 3 janelas no ano de 2025 sendo nos meses de março, maio e julho.

**14 Passivo de arrendamentos**

A Companhia chegou às suas taxas de desconto, com base nas taxas médias de crédito observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia, a taxa obtida foi de 12% a.a. para controladora e para sua controlada foi de 14,20% a.a. A movimentação de saldos de arrendamento a pagar é apresentada no quadro abaixo:

	Controladora	Consolidado
<b>Saldo em 31 de dezembro 2020</b>	65.219	-
Apropriação de juros	9.401	-
Pagamento	(9.329)	-
Reajuste contratual	16.529	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>81.820</b>	<b>81.820</b>
Saldos oriundos de combinação de negócio - Aquisição EPSA		104.666
Apropriação de juros	10.336	11.500
Pagamento	(11.250)	(12.658)
Reajuste contratual	8.532	8.532
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>89.438</b>	<b>193.860</b>
<b>Circulante</b>	<b>11.275</b>	<b>27.463</b>
<b>Não circulante</b>	<b>78.163</b>	<b>166.397</b>

## CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras  
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em Milhares de Reais)

A seguir é demonstrado o fluxo de pagamento por vencimento para os passivos de arrendamento:

	<b>Controladora</b>			
	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2026 até o término do contrato</b>	<b>Total</b>
Corredor Logística e Infraestrutura S.A.	11.275	11.275	66.888	89.438
<b>Total do passivo</b>	<b>11.275</b>	<b>11.275</b>	<b>66.888</b>	<b>89.438</b>

  

	<b>Consolidado</b>			
	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2026 até o término do contrato</b>	<b>Total</b>
Corredor Logística e Infraestrutura S.A.	11.275	11.275	66.888	89.438
Elevações Portuárias S.A.	16.188	17.435	70.799	104.422
<b>Total do passivo</b>	<b>27.463</b>	<b>28.710</b>	<b>137.687</b>	<b>193.860</b>

Na mensuração dos fluxos de caixas dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos, sendo os efeitos potenciais de PIS / COFINS apresentados no quadro a seguir:

Fluxo de caixa	<b>Consolidado 31.12.2022</b>	
	<b>Nominal</b>	<b>Ajustado a valor presente</b>
Contraprestação do arrendamento	14.919	28.049
PIS/Cofins potencial (9,25%)	1.380	2.594

### **Outras divulgações:**

Para atender à orientação das áreas técnicas da CVM, previstas no Ofício-Circular CVM SNC/SEP 02/2019, a Companhia apresenta, na sequência, os impactos na mensuração e remensuração do direito de uso e do passivo de arrendamento, ao considerar em sua estimativa a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, considerando a inflação média de 2,97% a.a. (B3) para Controladora e suas subsidiárias no Brasil.

CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras  
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em Milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Passivo de arrendamento			
Contábil - CPC 06 R2 (IFRS 16)	89.439	81.820	193.861
Fluxo com projeção de inflação	92.095	84.250	199.619
Variação	2.656	2.430	5.758
Direito de uso			
Contábil - CPC 06 R2 (IFRS 16)	72.068	68.657	156.309
Fluxo com projeção de inflação	74.208	70.696	160.951
Variação	2.140	2.039	4.642
Despesa financeira			
Contábil - CPC 06 R2 (IFRS 16)	10.336	9.401	24.365
Fluxo com projeção de inflação	10.643	9.680	25.089
Variação	307	279	724
Despesa de amortização			
Contábil - CPC 06 R2 (IFRS 16)	5.121	4.555	11.420
Fluxo com projeção de inflação	5.273	4.690	11.759
Variação	152	135	339

**15 Obrigações trabalhistas e tributárias**

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Salários e encargos	4.639	1.363	23.710
<b>Obrigações trabalhistas</b>	<b>4.639</b>	<b>1.363</b>	<b>23.710</b>
IRPJ/CSLL	-	-	42.446
ICMS	-	-	2.042
COFINS	-	-	82
PIS	-	-	13
INSS	7	3	1.641
IR	256	595	1.014
ISS	727	166	2.417
Outros impostos a recolher	86	26	1.004
<b>Obrigações tributárias</b>	<b>1.076</b>	<b>790</b>	<b>50.659</b>
<b>Total</b>	<b>5.715</b>	<b>2.153</b>	<b>74.369</b>

**16 Imposto de Renda e contribuição social**

## a) Conciliação dos montantes de imposto de renda e contribuição social

A conciliação entre a alíquota nominal do imposto de renda e da contribuição social e a alíquota efetiva A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com a despesa de imposto de renda e contribuição social em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
<b>Lucro / Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>4.769</b>	<b>(55.303)</b>	<b>32.975</b>
Cálculo do imposto de renda e da contribuição social pela alíquota combinada vigente - 34%	(1.621)	18.803	(11.212)
<b>Ajustes para a alíquota efetiva:</b>			
Equivalência patrimonial	5.239	-	-
Amortização mais valia	(10.903)	(10.903)	(10.903)
Crédito de imposto – não constituído	-	(5.272)	(9.043)
PAT – Programa de alimentação do trabalhador	-	-	1.345
Outras diferenças permanentes, líquidas	2.751	(8.468)	5.836
<b>Resultado de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(4.534)</b>	<b>(5.840)</b>	<b>(23.977)</b>
<b>Composição da receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social:</b>			
Imposto de renda e contribuição social – correntes	(5.856)	(4.146)	(17.401)
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	1.322	(1.694)	(6.576)

Os saldos consolidados de 2022 são afetados pela combinação de negócios da CLI Sul e EPSA em dezembro de 2022. Os saldos da EPSA correspondem apenas aos montantes a partir de 14 de novembro de 2022, período que passou a ser controlada pela CLI Sul.

Ainda sobre os saldos consolidados, levando em consideração que a operação societária da CLI Sul e EPSA ocorreu apenas em 2022, os saldos apresentados para 2021 na coluna consolidada correspondem aos valores da CLI Norte. O saldo de imposto de renda e contribuição social está apresentado na rubrica “Obrigações Tributárias” (nota 13).

Adicionalmente, a CLI, a partir de janeiro de 2016, por meio de benefício tributário outorgado pela SUDENE, Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, com base na Instrução Normativa SRF nº 267 de 23 de dezembro de 2002, passou a ter o benefício da redução de 75% da base de cálculo do Imposto de Renda das atividades relacionadas a prestação de serviços portuários. Tal benefício tem duração até 2025.

## CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras  
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em Milhares de Reais)

Entretanto, a sociedade apurou prejuízo nos cálculos de lucro da exploração dos anos-calendário de 2021 e 2022, de forma que não houve incentivo a aproveitar ao final desses períodos.

Na controladora, dada a ausência de expectativa de lucratividade futura e, portanto, ausência de recuperabilidade de seus saldos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa para os próximos anos, não há aplicação do diferido sobre seus saldos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa acumulados (montante acumulado em 31 de dezembro de 2022 - R\$ 26.116, 2021 - R\$26.116). No consolidado, soma-se a este o saldo de R\$ 26.597 advindo de sua controlada integral CLI Sul S.A., sendo portanto o montante total consolidado em 31 de dezembro de 2022 R\$ 52.713 (2021 – R\$ 26.116).

### **b) Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos correspondem a 25% (vinte e cinco por cento) para o imposto de renda e de 9% (nove por cento) para a contribuição social.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>
<b>Diferenças temporárias:</b>			
Provisão para demandas judiciais	-	-	1.118
Provisão para participação nos resultados	343	153	4.045
Demais provisões (demurrage, estadia, riscos e outras)	-	-	19.751
Passivo de arrendamento	5.906	4.476	12.767
Outros	408	482	8.368
<b>Tributos diferidos - Ativos</b>	<b>6.657</b>	<b>5.111</b>	<b>46.049</b>
Diferenças temporárias:			
Ágio fiscal amortizado	-	-	(22.769)
Revisão de vida útil de ativo imobilizado	-	-	(1.308)
Ganho Compra Vantajosa	-	-	(3.580)
Outros	(223)	-	(223)
<b>Tributos diferidos - Passivos</b>	<b>(223)</b>	<b>-</b>	<b>(27.880)</b>
<b>Ativo fiscal diferido</b>	<b>6.434</b>	<b>5.111</b>	<b>21.749</b>
<b>Passivo fiscal diferido</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(3.580)</b>

## CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras  
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em Milhares de Reais)

### 17 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Modalidade	Taxa de juros (%)	Controladora		Consolidado
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Empréstimos em Reais	3,53% a. a. / CDI + 2,50% a.a.	-	284.942	-
Debênture (c)/(i)	CDI+5,00% a.a.	-	44.444	-
Empréstimos em Dólar	Libor semestral + 3,25% a. a.	-	272.218	-
Debênture (c)/(ii) e (iii)	CDI + 3,50%/CDI + 3,20% a.a	429.025	-	1.245.905
Custos de transação (a)		(9.388)	(12.372)	(22.023)
Total		419.637	589.232	1.223.882
<b>Circulante</b>		<b>12.162</b>	<b>44.091</b>	<b>35.612</b>
<b>Não circulante</b>		<b>407.475</b>	<b>545.141</b>	<b>1.188.270</b>

A movimentação dos empréstimos e financiamentos e debêntures, controladora e consolidado, está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
<b>Saldo Inicial</b>	<b>589.232</b>	<b>560.011</b>	<b>589.232</b>
Captação	420.000	50.000	1.220.000
Custos apropriados	(9.619)	(3.037)	(22.254)
Juros Incorridos	59.615	32.255	76.495
Variação monetária e cambial	(10.977)	17.799	(10.977)
(-) Amortização da dívida	(570.194)	(41.870)	(570.194)
(-) Juros Pagos	(58.420)	(25.926)	(58.420)
<b>Saldo Final</b>	<b>419.637</b>	<b>589.232</b>	<b>1.223.882</b>

Os vencimentos dos financiamentos registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2022, controladora e consolidado, são como segue:

Ano	Controladora	Consolidado
	31/12/2022	31/12/2022
2024	3.175	9.771
2025	19.975	58.571
2026	26.275	72.871
2027	43.075	145.671
2028 a 2031	314.975	901.386
<b>Saldo Final</b>	<b>407.475</b>	<b>1.188.270</b>

(a) Assunção de Empréstimos

Os custos de transação são reconhecidos pelo valor justo no momento do recebimento dos recursos captados, líquidos dos custos de transação, caso aplicável. Após o registro inicial, podem ser acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos balanços. A Companhia segregou as operações em moeda estrangeira e moeda nacional. Todos os empréstimos que não possuem a mesma moeda de apresentação da Companhia, são reavaliados em cada período corrente. Os gastos com prêmios, descontos e custos de transação são amortizados para despesa financeira utilizando o método de juros efetivo.

Em garantia dos financiamentos, foram oferecidos os seguintes ativos avaliados em reais:

**(b) Alienação fiduciária (Ações)**

Adiantamento à Alienação Fiduciária de Ações - garantia constituída por meio do “Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações” celebrado em 12 de julho de 2017 pelo Grupo CGG, pela Devedora e pelos Credores da Reestruturação de Dívida 2017, conforme alterado, tendo por objeto a constituição de alienação fiduciária sobre totalidade das ações de emissão da Companhia.

**(c) Emissão debêntures**

- (i) A primeira emissão de debêntures da CLI foi realizada em março/2021 com o objetivo de liquidação da dívida junto ao BNB (FNE) Trata-se de uma debênture simples no valor total de R\$ 50 milhões de emissão, com 5 anos de prazo total, onde a remuneração é atrelada à taxa CDI+juros, e os pagamentos são trimestrais. As garantias são os recebíveis do contrato de determinados Clientes. A primeira emissão foi totalmente liquidada em 14 de novembro de 2022.

- (ii) Em outubro de 2022, a Companhia realizou sua 2ª emissão de debêntures, no valor total de R\$420.000 (quatrocentos e vinte milhões de reais), totalmente subscritas em outubro de 2022. A emissão teve como finalidade o pagamento integral, incluindo principal, juros e demais encargos relacionados a 1º (primeira) emissão de debêntures simples da Companhia, pagamento de dívidas bancárias e integralização de aumento de capital para pagamento de parte do preço relativo à aquisição de 80% (oitenta por cento) do capital social da Elevações Portuárias S.A. Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, constituída por 420 mil (quatrocentos e vinte mil) debêntures, com valor nominal unitário de R\$1.000 (mil reais). As debêntures serão amortizadas em 9 (nove) parcelas anuais e consecutivas, nas respectivas datas de amortização, sendo a primeira parcela devida em 10 de outubro de 2023 e a última em 10 de outubro de 2031.
- (iii) Em outubro de 2022, a CLI Sul S.A. realizou sua 1ª emissão de debêntures, no valor total de R\$800.000 (oitocentos milhões de reais), totalmente subscritas em outubro de 2022. A emissão teve como finalidade o pagamento do preço relativo à aquisição de 80% (oitenta por cento) do capital de Elevações Portuárias S.A. Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada na espécie de garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, constituída por 800 mil (oitocentas mil) debêntures, com valor nominal unitário de R\$1.000 (mil reais). As debêntures serão amortizadas em 9 (nove) parcelas anuais e consecutivas, nas respectivas datas de amortização, sendo a primeira parcela devida em 10 de outubro de 2023 e a última em 10 de outubro de 2031.

**(d) Cláusulas contratuais restritivas (“covenants”)**

Determinados contratos de empréstimos estão sujeitos a certas condições restritivas, que contemplam cláusulas, entre outras, que requerem que a Companhia mantenha determinados índices financeiros dentro de parâmetros preestabelecidos, atrelados a liquidez corrente, solvência e cobertura de juros (“covenants financeiros”), conforme segue:

- (i) Segunda emissão de Debentures da CLI S.A. - Controladora

Obrigação de medição anual apurado através das demonstrações financeiras da CLI S.A.:

- Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,50.

(ii) Primeira Emissão de Debênture da CLI Sul S.A (Controlada)

Obrigações de medição anual apuradas através das demonstrações financeiras da CLI Sul S.A.:

- Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,50; e

Obrigações de medição semestral apuradas através das demonstrações financeiras da CLI Sul consolidado.

- Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD") consolidado mínimo de 1,20.

Na avaliação da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas cujos indicadores (covenants financeiros) sejam mensurados anualmente estão adequadamente atendidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Além dos covenants financeiros, os contratos de empréstimo contêm cláusulas de covenants não financeiros, usuais no mercado, que devem ser cumpridos e atestados na mesma periodicidade dos covenants financeiros.

Não foi identificado nenhum descumprimento de covenant financeiro ou não financeiro que ensejasse vencimento antecipado dos contratos de empréstimo da Companhia.

## **18 Provisão para riscos**

São reconhecidas como outras despesas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante foi estimado com segurança.

A avaliação da perda de probabilidade inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. As provisões para processos judiciais resultantes de combinações de negócios são estimadas a valor justo.

## CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras  
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em Milhares de Reais)

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia registra provisões para demandas judiciais em relação a:

	Provisão para demandas judiciais		
	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Tributárias	-	-	1.965
Cíveis, regulatórias e ambientais	-	-	9.549
Trabalhistas	-	-	33.151
	-	-	<b>44.665</b>

  

	Depósitos judiciais (i)		
	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Tributárias	-	-	-
Cíveis, regulatórias e ambientais	-	-	207
Trabalhistas	-	-	168
	-	-	<b>375</b>

(i) Saldo alocado na rubrica de "Outros Créditos" no ativo não circulante no consolidado.

Movimentação das provisões para demandas judiciais consolidadas:

	Tributárias	Cíveis, regulatórias e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-	-	-
Saldos oriundo de combinação de negócio	1.965	6.474	32.732	41.171
Adição de provisão	-	3.075	419	3.494
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (i)	<b>1.965</b>	<b>9.549</b>	<b>33.151</b>	<b>44.665</b>

(i) Montantes oriundos de processos com probabilidade de perda possível e provável de naturezas cíveis, regulatórias e ambientais no montante de R\$ 6.474, trabalhistas e tributárias no montante de R\$ 34.697, mensurados e registrados pelo valor justo estimado resultante da combinação de negócios com a EPSA, em conformidade com o parágrafo 23 do CPC 15/IFRS 3 (Nota explicativa nº 2.7). Adicionalmente, o valor justo dos passivos contingentes inclui os passivos assumidos e reconhecidos pela EPSA antes da alocação do valor justo, no montante de R\$ 839.

### Perdas possíveis:

Os processos com classificação de risco possível e remotos, foram avaliados e quando aplicável, foram incluídos no passivo assumido da combinação de negócio. Portanto, não há causas possíveis a serem divulgadas em 31 de dezembro de 2022.

## **19 Ações Preferenciais Resgatáveis**

Estas ações preferenciais emitidas têm a seguintes características:

- Prioridade no recebimento de Dividendos: As Ações Preferenciais garantirão aos seus titulares a prioridade no recebimento de dividendos fixos e cumulativos anuais, calculados com base na variação positiva do índice de Preços ao Consumidor — Amplo ("IPCA"), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ou índice de inflação que o substituir IPCA, acrescido de um spread de 10%(dez por cento) ao ano, incidentes sobre o valor nominal das Ações Preferenciais, sem direito a participar das distribuições do lucro remanescente da Companhia ("Dividendos Prioritários");
- Prioridade no reembolso de capital: as Ações Preferenciais terão prioridade no reembolso de capital, seja decorrente de amortização das ações ou da liquidação da Companhia, sobre as Ações Ordinárias e quaisquer outras ações ou títulos com direito a voto emitidos pela Companhia;
- Direito a Voto: As Ações Preferenciais terão direito a voto restrito;
- Resgate: As Ações Preferenciais poderão ser resgatadas, a critério exclusivo da Companhia, após 14 de novembro de 2031, por um preço por ação igual ao valor nominal das Ações Preferenciais acrescido de quaisquer Dividendos Prioritários não pagos.
- Conversão em Ações Ordinárias: As ações preferenciais serão conversíveis em Ações Ordinárias após 14 de novembro de 2032, a critério dos seus titulares, observada a relação de troca obtida pela divisão (i) do valor nominal das Ações Preferenciais acrescido de quaisquer Dividendos Prioritários não pagos; (ii) pelo valor justo de mercado por Ação Ordinária da Companhia (que, para fins de tal cálculo, será atribuído exclusivamente às Ações Ordinárias)
- Exclusão de Direito de Preferência: As Ações Preferenciais não terão direito de preferência para participar de aumentos de capital da Companhia decorrentes da capitalização de lucros ou reservas.
- As ações preferenciais resgatáveis não constituem dívida para fins de cálculo de covenants financeiros.

**20 Patrimônio Líquido****20.1 Capital Social subscrito e integralizado**

Em 14 de novembro de 2022 a Companhia teve seu controle societário alterado, o Fundo Brasil Terminais Logísticos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia passou a integrar o seu quadro societário.

Na mesma data os seguintes atos societários foram aprovados pela Companhia:

i) Aumento do capital social em R\$ 1 (um real), mediante a emissão de 123.826.009 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 4,49322295 cada, totalizando um preço de emissão total pelas ações ordinárias de R\$ 556.378 destinados à conta de reserva de capital, as quais foram totalmente subscritas e integralizadas nesta data.

ii) Aumento de capital social da Companhia em R\$ 505.782, passando de R\$ 210.822 para R\$ 716.604, mediante a emissão de 11.239.603 ações preferenciais, nominativas, com valor nominal de R\$ 45,00 cada, totalizando o montante de R\$ 505.782, as quais foram totalmente subscritas e integralizadas nesta data. Considerando a condição de resgate, as ações preferenciais foram classificadas como passivo financeiro (nota 19), sendo reclassificadas subsequentemente como capital social caso o detentor da ação utilize seu direito de conversão em ações ordinárias.

As 69.259.983 ações de emissão da CLI anteriormente detidas pela Nova CLI no seu capital social foram atribuídas aos Fundos, na proporção de suas participações no capital social.

	31/12/2022				31/12/2021			
	Quantidade de ações e respectivo percentual (em unidades)							
	ON	%	PN	%	ON	%	PN	%
PE SOPP Fundo de Investimentos em Participações II Multiestratégia no Exterior	85.061.464	34,35%	-	0%	85.065.391	68,70%	-	0%
SOPP INFRA I Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia	38.764.545	15,65%	-	0%	38.760.618	31,30%	-	0%
Fundo de Investimento Brasil Terminais Logísticos Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia	123.826.009	50%	11.239.603	100%	-	-	-	0%
	<b>247.652.018</b>	<b>100%</b>	<b>11.239.603</b>	<b>100%</b>	<b>123.826.009</b>	<b>100%</b>	<b>-</b>	<b>0%</b>

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 está dividido em (a) 247.652.018 ações ordinárias sem valor nominal ('ON') e; (b) 11.239.603 ações preferenciais, nominativas, com valor nominal de R\$ 45,00 cada.

## 20.2 Reserva de lucros

### 20.2.1 Reserva de retenção de lucros

Os lucros remanescentes após as destinações estatutárias (reserva legal, reserva de incentivos fiscais e dividendos) são apresentados nesta reserva, tais valores terão sua destinação deliberada em Assembleia Geral.

### 20.2.2 Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

### 20.2.3 Reserva de incentivos fiscais

É constituída mediante destinação de parcela do resultado do exercício equivalente aos incentivos fiscais em conformidade a Lei das Sociedades por Ações. Essa reserva somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos, e deve ser reconstituída no primeiro lucro subsequente ou aumento de capital.

## 21 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido ou (prejuízo) do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da ações ordinárias e preferenciais em circulação no período.

	<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	235	(61.143)
Média ponderada de ações ordinárias e preferenciais para fins de cálculo de lucro básico por ação (milhares)	141.218	114.302
Efeito das ações ordinárias potenciais dilutivas – Plano de opções de ações (milhares)	2.972	-
Resultado básico por ação – R\$	<u>(0,0017)</u>	<u>(0,5349)</u>
Resultado diluído por ação – R\$	<u>(0,0016)</u>	<u>(0,5349)</u>

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o prejuízo e a quantidade de ações ordinárias em circulação levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição (instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações tais como planos de opção de ações como os divulgados na nota explicativa nº 6 e 19).

## CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras  
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em Milhares de Reais)

### 22 Instrumentos financeiros

Os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	Categoria/ Mensuração	Nível	Consolidado 31/12/2022	
			Contábil	Valor justo
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e equivalente de caixa	(b)	-	563.847	563.847
Contas a receber	(b)	-	36.071	36.071
Partes relacionadas	(b)	-	14.683	14.683
<b>Total</b>			<b>614.601</b>	<b>614.601</b>
<b>Passivos</b>				
Debêntures	(b)	-	1.223.882	1.223.882
Fornecedores	(b)	-	24.533	24.533
Passivo de arrendamento	(b)	-	193.860	193.860
Partes relacionadas	(a)	Nível 2	123.693	123.693
Partes relacionadas	(b)	-	14.340	14.340
Ações preferenciais	(a)	Nível 2	505.782	505.782
<b>Total</b>			<b>2.086.090</b>	<b>2.086.090</b>

Categoria / Mensuração

(a) Valor justo contra o resultado

(b) Mensurado ao custo amortizado

O valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são: Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos; Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, risco de volatilidade no preço das ações, risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia possui os seguintes instrumentos financeiros: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, empréstimos e financiamentos, ações preferenciais, partes relacionadas, outros ativos circulantes e contas a pagar. Abaixo é apresentado a natureza e extensão dos riscos:

#### 22.1 Risco de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

#### 22.2 Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

#### 22.3 Risco de mercado

##### a) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, bem como o passivo junto ao poder concedente.

##### Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

A Administração se baseou nas taxas divulgadas pela B3 para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros. Como estimativa de cenário mais provável, a Administração considerou as taxas das operações de dívidas referenciadas no CDI e os índices acumulados dos últimos 12 meses para as obrigações baseadas no IPCA e IGP-M. Estimou-se valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os cenários II e III para os próximos 12 meses, enquanto os cenários IV e V consideram uma estimativa de desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras  
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em Milhares de Reais)

Controladora			31/12/2022					
Operação	Risco	Taxa	Valor contábil (Exposição)	Cenário Provável I	Cenário Provável II	Cenário Provável III	Cenário Provável IV	Cenário Provável V
<b>Ativos financeiros</b>			<b>132.280</b>	<b>18.083</b>	<b>22.603</b>	<b>27.124</b>	<b>13.562</b>	<b>9.041</b>
Aplicações financeiras	CDI	13.67%	114.482	15.650	19.562	23.475	11.737	7.825
Contas a receber	CDI	13.67%	13.291	1.817	2.271	2.725	1.363	908
Partes relacionadas	CDI	13.67%	3.226	441	551	661	331	220
Outros créditos	CDI	13.67%	1.281	175	219	263	131	88
<b>Passivos financeiros</b>			<b>538.747</b>	<b>67.109</b>	<b>83.886</b>	<b>100.663</b>	<b>50.332</b>	<b>33.554</b>
Fornecedores	CDI	13.67%	4.547	622	777	932	466	311
Passivos com arrendamentos	IPCA	6.36%	89.438	5.688	7.110	8.532	4.266	2.844
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	13.67%	419.637	57.364	71.705	86.047	43.023	28.682
Outras contas a pagar	CDI	13.67%	25.125	3.435	4.293	5.152	2.576	1.717
<b>Dívida Líquida</b>			<b>(406.467)</b>	<b>(49.026)</b>	<b>(61.283)</b>	<b>(73.539)</b>	<b>(36.770)</b>	<b>(24.513)</b>

CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras  
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em Milhares de Reais)

Consolidado			31/12/2021					
Operação	Risco	Taxa	Valor contábil (Exposição)	Cenário Provável I	Cenário Provável II	Cenário Provável III	Cenário Provável IV	Cenário Provável V
<b>Ativos financeiros</b>			<b>581.394</b>	<b>79.477</b>	<b>99.346</b>	<b>119.215</b>	<b>59.607</b>	<b>39.738</b>
Aplicações financeiras	CDI	13,67 %	524.282	71.669	89.587	107.504	53.752	35.835
Contas a receber	CDI	13,67 %	36.071	4.931	6.164	7.396	3.698	2.465
Partes relacionadas	CDI	13,67 %	14.683	2.007	2.509	3.011	1.505	1.004
Outros créditos	CDI	13,67 %	6.357	869	1.086	1.304	652	435
<b>Passivos financeiros</b>			<b>2.148.863</b>	<b>242.606</b>	<b>287.845</b>	<b>345.414</b>	<b>172.707</b>	<b>115.138</b>
Contas a pagar	CDI	13,67 %	24.533	3.354	4.192	5.030	2.515	1.677
Partes relacionadas	CDI	13,67 %	138.033	18.869	23.586	28.304	14.152	9.435
Passivos com arrendamentos	IPCA	6,36%	193.860	12.329				
Ações preferenciais resgatáveis	IPCA	6,36%	505.782	32.168	40.210	48.252	24.126	16.084
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	13,67 %	1.223.882	167.305	209.131	250.957	125.479	83.652
Outras contas a pagar	CDI	13,67 %	62.773	8.581	10.726	12.872	6.436	4.291
<b>Dívida Líquida</b>				<b>(163.129)</b>	<b>(188.500)</b>	<b>(226.200)</b>	<b>(113.100)</b>	<b>(75.400)</b>

b) Risco de Liquidez

A Companhia monitora permanentemente o risco de escassez de recursos e mantém o planejamento de liquidez corrente, com o objetivo de manter em seu ativo saldo de caixa e investimentos de alta liquidez, flexibilidade por meio de linhas de créditos para empréstimos bancários, além da capacidade para tomada de recursos por meio do mercado de capitais de modo a garantir sua continuidade operacional. O prazo médio de endividamento é monitorado de forma a prover liquidez no curto prazo, analisando parcela, encargos e fluxo de caixa.

**CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A.**

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras  
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em Milhares de Reais)

A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

<b>Controladora</b>	<b>Até 1 ano</b>	<b>Até 2 anos</b>	<b>Acima de 3 anos</b>	<b>Total de fluxo de caixa contratual esperado</b>	<b>Juros a Incorrer</b>	<b>Valor Contábil em 31/12/2022</b>
<b>Passivos financeiros</b>	<b>50.169</b>	<b>48.610</b>	<b>656.132</b>	<b>754.911</b>	<b>216.164</b>	<b>538.747</b>
Contas a pagar	4.547	-	-	4.547	-	4.547
Passivos com arrendamentos	12.073	12.715	157.350	182.138	92.700	89.438
Debêntures	22.250	22.069	498.782	543.101	123.464	419.637
Outras contas a pagar	11.299	13.826	-	25.125	-	25.125

  

<b>Consolidado</b>	<b>Até 1 ano</b>	<b>Até 2 anos</b>	<b>Acima de 3 anos</b>	<b>Total de fluxo de caixa contratual esperado</b>	<b>Juros a Incorrer</b>	<b>Valor Contábil em 31/12/2022</b>
<b>Passivos financeiros</b>	<b>164.408</b>	<b>214.449</b>	<b>2.223.588</b>	<b>2.602.445</b>	<b>453.582</b>	<b>2.148.863</b>
Contas a pagar	24.533	-	-	24.533	-	24.533
Partes relacionadas	14.340	123.693	-	138.033	-	138.033
Passivos com arrendamentos	29.458	30.149	353.493	413.100	219.240	193.860
Ações preferenciais resgatáveis	-	-	505.782	505.782	-	505.782
Debêntures	47.130	46.781	1.364.313	1.458.224	234.342	1.223.882
Outras contas a pagar	48.947	13.826	-	62.773	-	62.773

c) Risco com taxa de câmbio

Em 31 de dezembro de 2022, os saldos denominados em moeda estrangeira estavam sujeitos à efeitos de tradução. Os ativos e passivos com exposição a flutuação das taxas de câmbio registrados no balanço patrimonial são demonstrados no quadro a seguir:

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2022</b>
<b>Ativo</b>		
Caixas e equivalentes de caixa	8.559	11.127
Clientes estrangeiros	6.400	15.930
<b>Total</b>	<b>14.959</b>	<b>27.057</b>

## CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras  
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em Milhares de Reais)

A seguir estão demonstradas as perdas que teriam sido reconhecidas no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 de acordo com os seguintes cenários:

Controladora				
	5,22	5,38	4,03	2,69
Ativos em dólar	Exposição real	Cenário provável	Cenário I Depreciação - 25%	Cenário I Depreciação - 50%
<b>Ativo</b>				
Caixas e equivalentes de caixa	1.640	49	(481)	(1.542)
Clientes estrangeiros	1.227	37	(359)	(1.152)
	<b>2.867</b>	<b>86</b>	<b>(840)</b>	<b>(2.694)</b>
<b>Consolidado</b>				
	5,22	5,38	4,03	2,69
Ativos em dólar	Exposição real	Cenário provável	Cenário I Depreciação - 25%	Cenário I Depreciação - 50%
<b>Ativo</b>				
Caixas e equivalentes de caixa	2.133	65	(625)	(2.004)
Clientes estrangeiros	3.053	92	(895)	(2.869)
	<b>5.186</b>	<b>157</b>	<b>(1.520)</b>	<b>(4.873)</b>

O cenário provável considera as taxas futuras do dólar norte-americano para 90 dias, conforme cotações obtidas na B3 em 31 de dezembro de 2022 e alinhada aos primeiros vencimentos dos instrumentos financeiros com exposição ao câmbio, R\$ 5,3798/ US\$ 1,00.

Os cenários I e II consideram uma queda do dólar norte-americano de 25% (R\$ 4,0348 / US\$ 1,00) e de 50% (R\$ 2,6899/ US\$ 1,00), respectivamente. A Administração utiliza o cenário provável na avaliação das possíveis mudanças na taxa de câmbio e apresenta o referido cenário em atendimento à IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações (CPC 40).

### 23 Receita operacional

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Mercado Interno	69.623	56.686	104.251
Mercado Externo	119.793	76.326	177.422
<b>Total de receita bruta</b>	<b>189.416</b>	<b>133.012</b>	<b>281.673</b>
Impostos sobre vendas	(11.729)	(8.019)	(16.986)
<b>Total de receita líquida</b>	<b>177.687</b>	<b>124.994</b>	<b>264.687</b>

## CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras  
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em Milhares de Reais)

### 24 Despesas e custos por natureza

<b>Custos dos produtos vendidos</b>	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>
	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2022</b>
Matérias-primas e produtos	(965)	(822)	(965)
Despesa com Pessoal	(8.043)	(5.472)	(8.043)
Custos Portuários	(11.956)	(2.577)	(33.204)
Outros Custos	1	(211)	1
Despesa com Prestação de Serviços	(8.417)	(5.184)	(6.723)
Taxas e Impostos	-	(19)	-
Arrendamentos	(12.245)	(6.018)	(18.246)
Amortização	(15.855)	(15.110)	(20.490)
<b>Total</b>	<b>(57.480)</b>	<b>(35.413)</b>	<b>(87.670)</b>

<b>Despesas gerais e administrativas</b>	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>
	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2022</b>
Despesa com Pessoal	(9.083)	(7.518)	(9.083)
Outros Custos	(1.258)	(54)	(1.756)
Despesa com Prestação de Serviços	(16.005)	(12.461)	(20.983)
Taxas e Impostos	(1.503)	(1.568)	(2.236)
Depreciação	(581)	(548)	(581)
Amortização	(32.067)	(27.217)	(37.983)
<b>Total</b>	<b>(60.497)</b>	<b>(49.366)</b>	<b>(72.622)</b>

### 25 Outras receitas (despesas) operacionais

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>
	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2022</b>
<b>Outras receitas operacionais</b>			
Crédito de PIS/COFINS	-	1.369	-
Outras receitas operacionais	-	38	-
<b>Subtotal de Outras receitas operacionais</b>	<b>-</b>	<b>1.407</b>	<b>-</b>
<b>Outras despesas operacionais</b>			
Baixa do direito de conversão de bônus de subscrição (i)	-	(41.062)	-
Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa	-	(146)	-
Resultado na venda de imobilizado	-	(22)	-
Outras despesas operacionais (ii)	829	2	11.466
<b>Subtotal de Outras despesas operacionais</b>	<b>829</b>	<b>(41.228)</b>	<b>11.466</b>
<b>Total Outras receitas (despesas) operacionais</b>	<b>829</b>	<b>(39.821)</b>	<b>11.466</b>

- (i) Saldo referente a opção de conversão de bônus de subscrição que a Companhia possuía na empresa "CGG Trading e Grupo Cantagalo" a qual não foi exercida.
- (ii) Saldo no consolidado refere-se substancialmente ao saldo de compra vantajosa (nota 2.7).

**26 Resultado financeiro**

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
<b>Receitas Financeiras</b>			
Receita s/aplicação financeira	3.516	826	6.465
Juros ativos s/partes relacionadas	-	(75)	-
Descontos obtidos	-	6.753	-
<b>Total das Receitas Financeiras</b>	<b>3.516</b>	<b>7.504</b>	<b>6.465</b>
Despesa com aval	-	(338)	-
Juros Sobre Empréstimos Obtidos	(59.615)	(32.255)	(76.495)
Juros apropriados de passivo de arrendamento	(10.336)	(9.401)	(11.500)
Outras Despesas Financeiras	(15.674)	(2.811)	(13.320)
<b>Total das Despesas Financeiras</b>	<b>(85.625)</b>	<b>(44.805)</b>	<b>(101.315)</b>
<b>Subtotal Receitas (Despesas) Financeiras</b>	<b>(82.109)</b>	<b>(37.301)</b>	<b>(94.850)</b>
<b>Variação Cambial Líquida</b>	10.930	(18.396)	11.964
<b>Total Resultado Financeiro</b>	<b>(71.179)</b>	<b>(55.697)</b>	<b>(82.886)</b>

**27 Informações por segmentos**

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Diretoria Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

A atividade de negócio da Companhia consiste em soluções logísticas integradas para movimentação e elevação portuária, bem como operação gestão logística e de armazenamento de grãos, que são divididas em duas concessões público-privadas distintas, o Terminal de Grãos do Maranhão ("Consortio Tegram-Itaqui - TEGRAM") e a concessão de serviços de terminais portuários no Porto de Santos (EPSA).

As operações da Companhia estão separadas geograficamente, sendo seus resultados avaliados pela Diretoria Executiva da Companhia de forma distinta.

Com este cenário, a Companhia concluiu que as informações preparadas e analisadas individualmente pela Diretoria da Companhia, principal tomador de decisões operacionais de cada concessão - responsável pela alocação de recursos e avaliação de desempenho das mesmas - considera a seguintes informações financeiras de seus dois segmentos operacionais:

- Operação Norte; e
- Operação Sul.

## CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras  
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em Milhares de Reais)

O principal tomador de decisões de cada operação da Companhia não analisa determinadas contas patrimoniais segregadas por segmento operacional. Desta forma, essas informações segmentadas não estão sendo apresentadas.

A principal métrica de desempenho avaliado pela Companhia para gestão dos segmentos operacionais é o EBITDA. O EBITDA é definido como o lucro/(prejuízo) mais depreciação, amortização, resultado financeiro (líquido), variação cambial (líquida) impostos sobre o Lucro.

Nas tabelas a seguir há informação financeira sumarizada relacionada aos segmentos e à distribuição geográfica das operações da Companhia para 31 de dezembro de 2022:

2022							
Reconciliação ao lucro líquido (prejuízo) do exercício							
	Receita Líquida (*)	Custo dos serviços prestados (*)	Desempenho avaliado pela Companhia (*)	Depreciação /amortização	Resultado Financeiro Líquido	Impostos sobre Lucro	Prejuízo líquido
Operação Norte	177.687	(57.480)	108.442	(47.894)	(71.179)	(4.534)	(15.174)
Operação Sul (i)	87.000	(30.190)	66.995	(11.682)	(11.707)	(19.443)	24.172
<b>Consolidado</b>	<b>264.687</b>	<b>(87.670)</b>	<b>175.437</b>	<b>(59.576)</b>	<b>(82.886)</b>	<b>(23.977)</b>	<b>8.998</b>

(\*) As informações apresentadas para a operação sul referem-se ao desempenho ocorrido a partir de 14 de novembro de 2022, após a aquisição da EPSA.

2021							
Reconciliação ao lucro líquido (prejuízo) do exercício							
	Receita Líquida (*)	Custo dos serviços prestados (*)	Desempenho avaliado pela Companhia (*)	Depreciação /amortização	Resultado Financeiro Líquido	Impostos sobre Lucro	Prejuízo líquido
Operação Norte	124.994	(35.413)	43.269	(42.875)	(55.697)	(5.840)	(61.143)
<b>Consolidado</b>	<b>124.994</b>	<b>(35.413)</b>	<b>43.269</b>	<b>(42.875)</b>	<b>(55.697)</b>	<b>(5.840)</b>	<b>(61.143)</b>

(\*) Informações revisadas pela Diretoria Executiva.

## CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras  
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em Milhares de Reais)

<b>Receita bruta, por região geográfica</b>	<b>2022</b>	
<b>Europa</b>		<b>44%</b>
Suíça	88.312	31%
Inglaterra	24.993	9%
França	11.880	4%
<b>América do Sul</b>		<b>50%</b>
Brasil	104.251	38%
Uruguai	33.579	12%
<b>América do Norte</b>		<b>3%</b>
EUA	9.137	3%
<b>Ásia</b>		<b>3%</b>
Singapura	9.521	3%
<b>Consolidado</b>	<b>281.673</b>	<b>100%</b>
Impostos sobre vendas		(16.986)
<b>Receita Líquida</b>		<b>264.687</b>

### 28 Transações não envolvendo caixa

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia realizou as seguintes atividades operacionais, de investimento e financiamento não envolvendo caixa; portanto, essas não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

<b>Itens não caixa</b>	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>
	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2022</b>
Reajuste contratual Arrendamento	7.997	11.886	20.169
Aquisição de investimento por contas a pagar a partes relacionadas	-	-	123.693

### 29 Eventos Subsequentes

Até a data de autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras pela Administração:

- i) Decisão do STF - Temas 881 e 885 de repercussão geral em 8 de fevereiro de 2023

Em 13 de fevereiro de 2023, a Comissão de Valores Mobiliários – CVM divulgou OFÍCIO CIRCULAR Nº1/2023/CVM/SNC/SEP que trouxe a orientação sobre aspectos relevantes a serem observados na preparação e publicação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 em relação a decisão do Supremo Tribunal Federal – STF de 8 de fevereiro de 2023, sobre coisa julgada em matéria tributária.

A decisão do STF que estipulou a perda de efeitos de uma sentença definitiva, transitada em julgado, sem possibilidade de recurso é válida apenas para tributos recolhidos de maneira continuada e diante disso, as áreas técnicas da CVM entendem que devem ser observados os pronunciamentos técnicos do CPC 24 e 25, quando da elaboração das demonstrações financeiras.

Neste contexto, a Administração da Companhia avaliou juntamente com seus assessores jurídicos e concluiu que a decisão firmada pelo STF não traz nenhum impacto no conjunto das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, findas em 31 de dezembro de 2022.

### **30 Aprovação das Demonstrações Financeiras**

A reapresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, originalmente publicadas em 27 de abril de 2023, foram aprovadas pela Administração e publicadas em 18 de julho de 2023.